

Diário do Legislativo de 17/06/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmolo Aloise - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 48ª reunião ordinária, Em 17/6/2003

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 436/2003, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que solicita ao Secretário de Planejamento informações sobre o projeto que visa à construção de um Centro Administrativo do Governo do Estado, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 452/2003, da Comissão de Saúde, em que solicita ao Secretário da Saúde informações sobre o surto de conjuntivite que atinge Minas Gerais, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 526/2003, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que solicita ao Secretário da Fazenda cópia do atual contrato que rege as relações comerciais entre o Estado e o Banco Itaú S.A. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 534/2003, da Comissão de Administração Pública, em que solicita ao Procurador-Geral do Estado informações sobre as negociações, perspectivas e planejamento para o pagamento de precatórios do Estado, com atenção aos pontos que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 553/2003, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita aos Secretários do Planejamento e de Defesa Social informações acerca da aplicação do que dispõem os arts. 140 e 141 da Lei Complementar nº 65, de 16/1/2003, que tratam, respectivamente, da integração de servidores públicos investidos na função de Defensor Público e da equiparação dos servidores estaduais no exercício da função de assistente jurídico de penitenciária ao quadro de Defensores Públicos do Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 105/2003, da Deputada Lúcia Pacífico, que dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimento comercial manter exemplar do Código de Defesa do Consumidor disponível para consulta. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 37/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a informação ao consumidor de alteração no peso, no número de unidades ou no volume de produto exposto à venda no comércio varejista. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 71/2003, da Deputada Maria José Haueisen, que proíbe a inscrição dos devedores de tarifas públicas em cadastros de consumidores inadimplentes. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 17/6/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 21/2003, da Procuradoria-Geral de Justiça.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 9/2003, do Deputado Leonardo Quintão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 688/2003, do Deputado Doutor Viana; 701/2003, do Deputado Célio Moreira; 705/2003, do Deputado Paulo Piau; 713 e 714/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 755/2003, do Deputado Dimas Fabiano; 775/2003, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 818/2003, do Deputado Paulo Piau; e 865/2003, da Deputada Marília Campos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 17/6/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 172/2003, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 847/2003, do Deputado Doutor Ronaldo; 856/2003, do Deputado Leonardo Moreira.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta e debater, com convidados, questões tarifárias, campanhas promocionais e outros assuntos relativos à telefonia celular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 15 horas do dia 17/6/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 18/6/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, a realizar-se às 10 horas do dia 18/6/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 841/2003, do Deputado João Bittar.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 14h30min do dia 18/6/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 843 a 845/2003, da Deputada Ana Maria.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 8h30min do dia 17/6/2003, destinada ao prosseguimento do Seminário Legislativo Minas na Reforma Tributária.

Palácio da Inconfidência, 16 de junho de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Ermano Batista, Gilberto Abramo, Gustavo Valadares, Leonardo Moreira e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/6/2003, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os pareceres sobre o Projeto de Lei Complementar nº 10/2003; e os Projetos de Lei nºs 299, 329, 383, 75, 114, 125, 127, 198, 219, 273, 346, 464, 465, 479, 525, 587, 603, 606, 643, 668, 669, 678, 707, 735, 736, 737, 738, 739, 741 e 766/2003.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2003.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 15/2003

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Vanessa Lucas e os Deputados Alberto Bejani, José Henrique, Sidinho do Ferrotaco e Weliton Prado, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/6/2003, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar parecer do relator.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2003.

Vanessa Lucas, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial do Metrô

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Célio Moreira, Gustavo Valadares, Roberto Carvalho e Vanessa Lucas, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/6/2003, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2003.

Ivair Nogueira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fahim Sawan, Doutor Viana, João Bittar e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/6/2003, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se obterem informações sobre o trabalho desenvolvido pela Frente Parlamentar de Saúde na Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2003.

Ricardo Duarte, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 84/2003

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Alencar da Silveira Jr., o Projeto de Lei nº 84/2003 dispõe sobre a verificação dos procedimentos a serem adotados em caso de óbito.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 27/2/2003, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde. Cabe a esta Comissão analisar a matéria quanto aos seus aspectos jurídico, constitucional e legal, nos termos do art. 102, III, "a", c/c o art. 188, do Regimento Interno.

Ressalte-se, ainda, que, em decorrência de Decisão da Mesa de 3/6/2003, foi o Projeto de Lei nº 700/2003 anexado à proposição em exame, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise estabelece normas referentes a procedimentos médicos a serem adotados quando da emissão de atestado de óbito, tornando obrigatório que hospitais, casas, postos e clínicas de saúde, públicos e particulares, forneçam a declaração de óbito em caso de morte natural, tendo ou não havido assistência médica. Prevê, ainda, que, nos locais em que não exista o chamado Serviço de Verificação de Óbitos - SVO -, a declaração de óbito seja fornecida pelo médico do estabelecimento público de saúde mais próximo ao local da ocorrência ou, em caso de ausência do médico, por outro médico que resida na localidade. Já no seu art. 3º, o projeto estabelece a forma como a declaração deverá ser feita nos casos em que o óbito tenha ocorrido com assistência médica.

Conforme a justificação do projeto, o seu escopo é o de desburocratizar e desonerar os sistemas de saúde e de segurança pública, de modo que não haja necessidade de recorrer ao Instituto Médico Legal em casos simples de verificação de óbito, o que mobiliza não só os técnicos

desse Instituto, mas também policiais, investigadores e peritos.

Em que pese à intenção do parlamentar de simplificar tais procedimentos, há que se considerar que o atestado de óbito tem como finalidade não só a confirmação da morte, mas também a definição da "causa mortis" e o atendimento dos interesses de ordem legal e médico-sanitária, sendo usado, ainda, para elaboração de estatísticas nacionais referentes às causas de mortes no País. Produz, assim, diversos efeitos no mundo jurídico, notadamente nas esferas penal, previdenciária, trabalhista e administrativa, devendo, pois, possuir o maior grau de confiabilidade possível. Daí a razão de ser dos procedimentos que antecedem a sua expedição, principalmente devido ao atributo de fé pública inerente a esse documento.

Esta Comissão já se manifestou sobre a questão ao analisar proposição de idêntico teor apresentada na legislatura passada, qual seja o Projeto de Lei nº 2.404/2002. À época, o parecer da lavra do ilustre Deputado Ermano Batista concluiu que o projeto não encontrava respaldo no ordenamento jurídico vigente. A edição de norma estadual que obrigue o médico, público ou particular, a expedir o atestado de óbito em caso de morte natural, ainda que não tenha prestado assistência ao paciente, além de violar as regras de competência legislativa insculpidas na Constituição Federal, pode produzir efeitos diversos e funestos tanto no campo ético-profissional como no campo jurídico-social, porque a atuação do médico na declaração de óbito deve ater-se aos preceitos éticos e profissionais estabelecidos nas leis que regulamentam a profissão.

A uniformização dos modelos e as práticas de expedição de atestados de óbito são matérias complexas, que despertam a preocupação não só da ciência médica, mas também da ciência jurídica. Por esse motivo, a matéria vem sendo objeto de tratados internacionais desde a década de 40, quando a Organização de Saúde da Liga das Nações sugeriu a adoção de um modelo único de declaração, visando à unificação do procedimento.

No direito pátrio, o procedimento ganhou uniformidade a partir de 1976, quando o Ministério da Saúde adotou uma declaração padronizada para todo o País, buscando a compatibilização de dados e a racionalização de ações baseadas nessas informações.

Também a competência para atestar o óbito é matéria objeto de padronização nacional, regulamentada por meio de resoluções do Conselho Federal de Medicina - CFM. A propósito, é importante destacar que a edição de normas referentes a condições para o exercício de profissões é reservada à União, por força do disposto no inciso XVI do art. 22 da Carta Magna. No uso de suas atribuições constitucionais, a União editou a Lei nº 3.628, de 30/9/57, que dispõe sobre o CFM, conferindo a esta entidade a competência para supervisionar a ética profissional, bem como para julgar e disciplinar o desempenho daqueles que exercem legalmente a medicina.

Ao disciplinar a matéria, o Código de Ética Médica, em seu art. 114, veda ao médico atestar o óbito quando não o tenha verificado pessoalmente ou quando não tenha prestado assistência ao paciente. Além disso, a Resolução nº 1.601/2000, do CFM, considerando a necessidade de regulamentar a responsabilidade médica no fornecimento da declaração de óbito, estabeleceu que "os dados constantes na declaração de óbito são da responsabilidade do médico que o atestou" e que, no caso de morte natural sem assistência médica, deverá a declaração ser expedida por médicos do Serviço de Verificação de Óbitos - SVO -, nas localidades que o possuam. Já nos locais que não disponham desse serviço, a declaração deverá ser fornecida pelos médicos do serviço público de saúde mais próximo do local onde tiver ocorrido o evento ou, na sua ausência, por qualquer médico da localidade. Ademais, o Código Penal Brasileiro, visando a preservar a veracidade do atestado médico, pune com detenção de um mês a um ano quem conceder atestado falso, agregando multa à pena se o crime for cometido visando a lucro. Esta norma penal demonstra a responsabilidade do médico na expedição do atestado de óbito, bem como faz ressaltar as consequências que um atestado emitido sem a devida certeza pode trazer para o profissional.

Como nos ensina Sérgio Ibiapina Ferreira, em suas "Considerações Ético-Jurídicas sobre Atestados Médicos", "a utilidade e a segurança do atestado estão intrinsecamente vinculadas à certeza de sua veracidade. Assim é que uma declaração duvidosa tem, no campo das relações sociais, o mesmo valor de uma declaração falsa, exatamente por não imprimir um conteúdo de certeza ao seu próprio objeto". (In: www.cfm.org.br, 21/10/2002.)

No tocante ao registro do óbito, a Lei Nacional de Registros Públicos - Lei nº 6.015, de 31/12/73 - estabelece, em seu art. 80, que o assento de óbito deverá informar se a morte foi natural ou violenta e se a causa foi conhecida, devendo nele constar o nome dos atestantes.

Em suma, os procedimentos determinados pelo Código de Processo Penal e pelas resoluções do CFM são os seguintes: se o falecimento ocorrer em hospital, e se houver médicos acompanhando o caso, o óbito deverá ser atestado pelo próprio médico atendente. Se a morte for repentina ou ocorrer em casa, sem assistência médica, a declaração de óbito deverá ser expedida pelo Serviço de Verificação de Óbitos, solicitado pela Polícia Civil. Se a morte for violenta, a autoridade policial determinará, se for o caso, que o corpo seja removido para o Instituto Médico Legal, para que se proceda ao exame que irá atestar a causa do óbito, conforme exigência do Código de Processo Penal, no art. 158.

É de notar que, embora em alguns casos possa parecer desnecessário o acionamento da Polícia Civil para atestar o óbito ocorrido sem assistência médica, esse procedimento visa unicamente a conferir a tal documento os atributos de fé pública. E, se dessa prática resultam transtornos burocráticos para a família da pessoa falecida, é também por meio dela que poderão ser evitados procedimentos futuros, certamente mais desgastantes, como, por exemplo, a exumação de cadáver para realização de perícia técnica. Ademais, a burocracia e o tempo despendido para a liberação do atestado de óbito são dificuldades que podem ser resolvidas por meio de medidas administrativas que confirmem maior eficiência à prestação desses serviços.

O que se conclui da análise da proposição é que a matéria tem implicações diretas no exercício da medicina, bem como na esfera processual penal, fugindo, assim, da alçada da legislação estadual, uma vez que, como já dito, a competência para editar normas sobre o exercício de profissões e sobre processo penal é reservada à União, por força de dispositivo constitucional. Ademais, as medidas propostas já estão previstas na Resolução nº 1.601/2000, do CFM, que disciplina a matéria.

Registre-se, por fim, que o Projeto de Lei nº 700/2003, anexado à proposição em exame, estabelece normas idênticas sobre o fornecimento da declaração de óbito, padecendo, pois, do mesmo vício de inconstitucionalidade.

Conclusão

Diante do exposto, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 84/2003.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2003.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente - Durval Ângelo, relator - Paulo Piau - Gilberto Abramo - Ermano Batista - Gustavo Valadares - Leonardo Moreira.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 10/6/2003

A Deputada Ana Maria - É um prazer subir novamente a tribuna desta Casa. Venho cumprimentar a Secretária Vanessa e o Governador Aécio Neves por estarem ampliando o ensino fundamental de oito para nove anos. Faço isso porque levantei alguns dados em Belo Horizonte e verifiquei que as crianças das escolas particulares frequentam-nas por oito anos, no ensino fundamental, e mais três anos no pré-escolar, enquanto, no ensino público, temos matriculadas apenas 4.747 crianças no pré-escolar.

Um total de 48.374 crianças estão iniciando a alfabetização, iniciando 40.927, da rede pública de ensino de Belo Horizonte, aos 7 anos, sem que nunca tenham estado em uma escola. Por meio desses dados, podemos chegar ao chamado analfabetismo funcional. Como as nossas crianças, sem o direito ao pré-escolar, podem ter o mesmo resultado das que têm os três anos desse curso? Com isso, 53% dos nossos jovens iniciam o 2º grau com uma idade bem avançada. Os nossos alunos da rede pública gastam 9 anos e meio para concluir o ensino do fundamental. Com esses dados, cheguei à conclusão de que o nosso Governador está mais do que de parabéns. Como sou da rede estadual, parabeno o Governador e a Secretária, porque agora daremos às nossas crianças do ensino público o direito de cursar mais um ano do fundamental, para que a alfabetização ocorra como pretendemos.

Artigo publicado em um jornal deixou-me feliz, porque veio como resposta a questionamentos que tenho feito diuturnamente nesta Casa. Refiro-me ao fato de, na UNIMONTES, existirem alunos pagando, sem poder, a inscrição para participar do vestibular. Desta vez, neste ano, após muita briga e reclamação da minha parte, tive a grata surpresa de ler no jornal que recebeu 2.906 pedidos de redução e de gratuidade da inscrição. Neste ano, após termos reclamado e mostrado que o ensino público tem de ser gratuito, concedeu 2.089 isenções para as inscrições do vestibular. Nós, nesta Casa, podemos muito fazer por quem tem pouco e por quem precisa muito de todos nós.

Eu, o Deputado Carlos Pimenta e o Deputado Federal Athos Avelino fomos conversar com o Ministro Cristóvam Buarque. Para todos os assuntos tratados, recebemos uma resposta positiva. Primeiro, tratamos da questão referente à Universidade Federal do Vale do São Francisco.

É uma universidade que já existe e funciona em Pernambuco e na Bahia. Foi criada para beneficiar a região abrangida pela bacia do São Francisco. Pleiteamos a viabilização de um "campus" da Universidade Federal do Vale do São Francisco em Minas Gerais, visto que grande parte da bacia está localizada neste Estado. Pedimos sua intercessão para que, em Pirapora e Januária, tivéssemos cursos da Universidade. Para tanto, o assessor do Ministro, que trata de assuntos referentes ao ensino do 3º grau, estava lá e despachou, pedindo a seu Secretário que agilizasse os levantamentos.

Tratamos também sobre a UFMG. Em Montes Claros, temos o curso de Agronomia, com área que comporta outros. O Ministro Cristóvam Buarque, mais uma vez, acendeu-nos luz verde, falando da viabilidade de se instalar, naquele município, outros cursos. Para todos nós, do Norte de Minas, é grande a alegria, pois sabemos que apenas a educação pode transformar nosso povo, e só o povo é capaz de transformar nossa região.

Tratamos ainda de outro assunto, sobre o qual tenho falado inúmeras vezes nesta tribuna e nas comissões, qual seja o de ser impossível exigir que professores da 1ª à 4ª séries arquem com os gastos referentes ao curso do 3º grau, quando sabemos que o salário recebido por eles é pequeno demais. Minha alegria foi enorme, quando, ao falar com o Ministro sobre a possibilidade de destinação de recursos para a capacitação dos professores, nos disse: "Sra. Deputada, por incrível que pareça, coincide com meu pensamento e reforça meu desejo de anunciar um programa que tenho em mente". Digo isso não só aos Deputados, mas também a todo o Estado e, principalmente, aos professores da 1ª à 4ª séries, que sabem que, a partir de 2007, se não tiverem concluído o 3º grau, estarão praticamente fora do sistema.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Testemunho o trabalho que a Deputada tem feito, principalmente no setor de educação. Nossa viagem a Brasília foi extremamente importante, como bem foi relatado; Porém, mais do que importante foi a receptividade do Ministro, mostrando-se sensível aos pedidos que apresentamos. Mostrou que existe grande espaço em termos de aplicação de recursos públicos federais, na área de educação, no Norte de Minas. A implantação desses cursos e de uma extensão da UFMG em Montes Claros e a ajuda aos professores leigos mostrarão a presença do Governo Federal. Continue dessa forma, persistindo. Isso engrandece o trabalho do parlamentar. V. Exa. está demonstrando grande sensibilidade. No primeiro mandato, tem defendido e ostentado a bandeira da educação com muita firmeza. Parabéns! Conte comigo para que, juntos, possamos fazer um grande trabalho pela educação do Norte de Minas. Muito obrigado.

A Deputada Ana Maria - Muito obrigada, Deputado Carlos Pimenta. Trabalhamos por uma mesma causa, o Norte de Minas. A minha batalha pelo cidadão norte-mineiro e do Jequitinhonha tem sido grande. É difícil lutarmos para que instituições reconhecidas como importantes abram espaço para os excluídos.

O Ministro Cristóvam disse, ao fim do meu pedido para os professores de 1ª a 4ª séries, que isso vinha ao encontro de um desejo dele. E qual não foi minha surpresa ao deparar com outro artigo de jornal, que leio para os senhores: "O Governo Federal vai criar uma espécie de provão para os professores de 1ª à 4ª série. Os aprovados no Exame Nacional de Certificação de Professores da Educação Básica ganharão um certificado e uma bolsa federal de incentivo à formação continuada, com duração de cinco anos".

Assim, professoras de Minas Gerais, tenho certeza de que todas vocês estarão se habilitando para o nível de 3º grau sem precisar investir o parco dinheiro que ganham pelo desempenho da função. Estarão se diplomando e cumprindo a exigência da Lei de Diretrizes e Bases.

Grande foi minha alegria em ir a Brasília com o Deputado Carlos Pimenta e trazer para esta Casa tantas respostas positivas, tantos assuntos de importância. O Deputado Carlos Pimenta certamente usará a tribuna para falar sobre o transporte escolar, outro assunto tratado em Brasília. Se não revirmos o valor do transporte escolar, o Norte de Minas e o Jequitinhonha voltarão à época em que funcionavam as salas multisseriadas, que não resultam em ensino, apenas levam o aluno a perder seu tempo.

Muito obrigada a todos. Que Deus nos ajude a recuperar o Norte de Minas e o Jequitinhonha, que tanto esperam de nós.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos da galeria, TV Assembléia, assessores desta Casa, volto, mais uma vez, a esta tribuna para dizer a todos que muitas pessoas devem a grandeza de suas vidas aos desafios que tiveram de enfrentar.

Muitas instituições firmaram-se no curso da história pela coragem e ousadia que souberam demonstrar em tempos de adversidade. Esta Casa, nos últimos dois anos, especialmente, soube interpretar o sentimento que brotava da opinião pública e promoveu profundas transformações em sua estrutura, discutindo, reavaliando e reconsiderando ações e formas que o povo mineiro gostaria que fossem mudadas.

Essa leitura que se fez da opinião pública mais uma vez confirmou que o que é rígido desaba e o que está em constante movimento perdura.

O Parlamento persiste porque não fugiu da sua indeclinável responsabilidade de bem representar o povo mineiro e porque soube mover-se ao encontro da vontade popular, não se divorciando de suas elevadas e sagradas prerrogativas.

A instalação da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, da qual tive a honra de ser escolhido Presidente na última quinta-feira, é mais uma demonstração de que esta Casa avança no ritmo que lhe é ditado pela sociedade, pois é fato inconteste que os Deputados são, em síntese, a voz do povo mineiro e o ouvido do sentimento popular. Esta casa reproduz, portanto, à perfeição, o fiel extrato de nossa sociedade, e persiste, sem se deixar abater, firme no curso da implementação de mudanças que tornam seus atos mais transparentes e suas portas mais largas para receber os apelos do povo, que, por seu voto, deu-lhe conformação.

Tais ações denotam a vontade do Parlamento Mineiro e de seus membros de acertar, de fazer o melhor em favor do povo das Gerais. Creio não ser inútil recordar a lição de Kant, quando diz: "De tudo o que é possível conceber no mundo, não há nada que possa ser considerado bom sem restrições, a não ser, apenas, uma vontade boa." E esta, posso afirmar, não tem faltado a este parlamento.

Diante dos desafios, não tem faltado à Assembléia vontade e determinação para mudar, aperfeiçoar os seus mecanismos e aprimorar os canais de interlocução com a sociedade, o que lhe permite a percepção clara do desejo do povo mineiro.

A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, que inaugura agora as suas atividades, é o mais novo fruto que se colhe desse trabalho contínuo da Assembléia, que informa sua vontade de zelar pela observância do decoro parlamentar e de exercitar o apreço à ética como virtude fundamental. Criando-a, oferecemos ao povo prova de que somos capazes de realizar as mudanças demandadas, e a nós próprios damos extraordinária demonstração de energia e sinergia, e mais conscientes nos tornamos das nossas possibilidades de verdadeira ação.

É melhor ensinar as virtudes, dizia Spinoza, do que condenar os vícios. A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, na sua missão de auxiliar o Presidente desta Casa na manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Assembléia, irá pautar-se, acima de tudo, pela elevação dos princípios éticos em nosso meio, considerando-os como fundamentais e, como tais, inflexíveis.

Para tanto, já em nossa primeira reunião, em comum acordo com os demais membros da Comissão, determinamos as seguintes providências, que entendemos essenciais e pertinentes ao início de nosso trabalho:

- seja editada a publicação do Código de Ética para distribuição aos 77 parlamentares;
- seja marcada reunião com todas as Lideranças das bancadas com assento nesta Casa, com o propósito de buscar melhor sintonia entre as atribuições dessa Comissão e os parlamentares de cada bancada;
- seja elaborado estudo para a criação de um instrumento de comunicação direta entre a sociedade mineira e a Comissão;
- seja marcada reunião com a Mesa Diretora da Casa para estabelecer diretrizes ao trabalho da Comissão e conhecer eventuais representações já encaminhadas e sujeitas à nossa apreciação;
- seja solicitada audiência com os Presidentes dos Tribunais de Justiça e de Contas, com o Procurador-Geral de Justiça e com o Governador Aécio Neves, a fim de participar-lhes o início dos trabalhos dessa Comissão.

A elevada atribuição que lhe confere a Resolução nº 5.207 permitirá à Comissão zelar pela observância dos preceitos nela estabelecidos, postando-se como guardião do decoro parlamentar e da ética.

"Ethos", ética em grego, dentre outras compreensões designa a morada humana. Como morada humana, não é algo pronto e construído de uma só vez. Ético significa tudo aquilo que ajuda a tornar melhor o ambiente, para que seja uma moradia saudável: materialmente sustentável, psicologicamente integrada e espiritualmente fecunda.

Esse é o desafio primeiro do Deputado no exercício de seu mandato: fazer desta Casa um ambiente saudável a irradiar a paz social. Para tanto, é preciso que cada parlamentar incorpore esse conceito como uma atitude prática diante da vida cotidiana, de modo a pautar por ele seu comportamento. Eis a razão de caminharem juntas as expressões ética e decoro parlamentar.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, V. Exa. está fazendo um pronunciamento histórico, anunciando a instalação da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, da qual será Presidente. Não poderia esta Casa escolher melhor nome do que o seu, cujo papel será o de parlamentar e de Juiz. Muitas vezes atuará como Juiz para aplicar os princípios regimentais e constitucionais à conduta de seus colegas Deputados.

V. Exa., que é dotado de equilíbrio e conduta ética exemplares e, portanto, merecedor do respeito de todos, certamente conduzirá essa Comissão com toda a sabedoria que tem demonstrado ao longo do seu trabalho nesta Casa. A sua sabedoria, ética e caráter contribuirão, sobremaneira, para o êxito da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar desta Assembléia. O papel dessa Comissão é relevante para a construção da imagem desta Casa. À medida que respeitarmos o Regimento Interno e sentirmos o valor da Comissão e a grandeza da sua missão, nós nos respeitaremos mais. Assim, tornaremos esta Assembléia mais respeitada pelo povo.

Podemos debater permanentemente com os opositores, mas sem ferir os princípios sólidos da amizade, da nossa missão.

A Comissão de Ética tem um papel fundamental na condução dos debates e do relacionamento entre nós. O andamento dos trabalhos dependerá muito da ação de V. Exa. e da nossa conduta respeitosa à sua posição. Sempre debateremos as nossas idéias. Este é o foro maior das discussões em nosso Estado. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Agradeço ao Deputado Bonifácio Mourão, que expressou muito bem o nosso sentimento. Tenho certeza de que V. Exa., com sua experiência e dignidade parlamentar, contribuirá muito com o nosso trabalho. (- Lê:)

Honra-me, sobremaneira, presidir esta Comissão, cuja composição é marcada pela presença dos nobres pares Deputados Fábio Avelar, Biel Rocha, Gustavo Valadares, Gilberto Abramo, Célio Moreira e Padre João.

Busco na memória a oportunidade que tive de remeter à Mesa da Assembléia, na legislatura passada, anteprojeto que, não tenho dúvidas, serviu de supedâneo à elaboração do que é hoje o nosso verdadeiro Código de Ética. Essa nossa iniciativa foi acompanhada por manifestações na Tribuna do Plenário, pugnando pela edição de legislação para normatizar aquilo que deve balizar a conduta do Parlamentar.

Cumpre-me destacar, por justiça, o brilhante trabalho do Deputado Alberto Pinto Coelho, que, como relator do então Projeto de Resolução nº 1.802, de iniciativa da Mesa, emprestou todo o seu empenho e dedicação para construir uma norma realmente adequada ao ordenamento ético de nosso Parlamento.

Ao homenagear todos os parlamentares que participaram ativamente desse processo, não poderia me esquecer do Deputado Hely Tarquínio, que, no exercício da função de Corregedor desta Casa e precursor da nossa Comissão, esmerou-se em conferir a respeitabilidade necessária ao desempenho da atividade parlamentar.

Manifesto publicamente a preocupação do Presidente Mauri Torres com a rápida instalação dessa Comissão. Nossas ações serão pautadas por debates voltados para as justas reivindicações, sempre em sintonia com a Presidência. (- Lê:)

É certo que temos que fazer o melhor que pudermos. Essa é a nossa sagrada responsabilidade humana. Porém, diante dos percalços que surgem em meio a essa constante busca, não podemos conceber que o Poder Legislativo, garantidor por excelência da normalidade democrática, seja conspurcado pela sanha dos que possam perturbar o bom andamento dos trabalhos.

Meu pensamento se volta neste instante, para as novas gerações que hão de recolher o fruto do nosso trabalho e encontrar um Brasil integrado no seu verdadeiro destino, diferente daquele que encontramos.

Usando desta oportunidade, queremos, mais uma vez, reafirmar o nosso desejo de reunir, numa obra afirmativa da força e do poder criador da mineiridade, todos os homens de boa vontade, todos aqueles que colocam alto o interesse de nosso Estado, tão necessitado, nesta hora, de desvelo, cuidado e trabalho.

Esse será, sem dúvida, com o apoio e a compreensão de todos os parlamentares, o verdadeiro papel de nossa Comissão, que, por seu desempenho, merecerá o reconhecimento da sociedade mineira, como catalisadora de seus anseios, fruto da respeitabilidade mútua.

Sabemos, e jamais poderemos desconhecer, que a presença de nossa Comissão, nesse contexto por que passa a democracia brasileira, será relevante para sua consolidação, pois reafirmará, uma vez mais, a postura vanguardista de Minas Gerais de apontar para o País o melhor caminho a ser trilhado.

Imbuídos desse propósito, sentimo-nos animados e pedimos a Deus que nos inspire e nos dê sentimento de grandeza nessa tarefa. Que Deus nos abençoe.

O Deputado José Milton - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, especialmente os de Conselheiro Lafaiete, do Alto Paraopeba e do vale do Piranga.

Hoje li reportagens dos jornais "Estado de Minas" e "O Tempo" com notícias positivas para a sociedade mineira. Tratavam da recuperação dos presos do Estado, por meio das Associações de Proteção e Assistência ao Condenado - APACs.

Conselheiro Lafaiete buscou em Itaúna - exemplo bem-sucedido - modelo para implantação da APAC no município. Numa iniciativa positiva, digna de ser ressaltada e copiada, o Juiz Aluísio Neves da Silva contou com o meu apoio, do Prefeito Vicente Faria, da Câmara Municipal, enfim, de toda a comunidade da cidade, para implantação dessa APAC em área desapropriada pela Prefeitura. Destaco também o apoio do Tribunal de Justiça, por meio do Presidente Desembargador Gudesteu Biber.

Qual a importância desse fato? É viabilizar não apenas o cumprimento da pena, mas a forma como o condenado a cumprirá, num processo de recuperação social, de ressocialização à comunidade. O sistema traz grandes benefícios para os municípios onde foi implantado. Itaúna, pioneira em Minas Gerais, teve a APAC implantada há 17 anos. Tal sistema proporciona custo reduzido ao Estado. No sistema prisional comum, o preso custa ao Estado cerca de R\$1.200,00 e, no da APAC, R\$300,00.

É um sistema humanitário. Não há policiais nem Agentes Penitenciários na segurança. O dinheiro para cuidar dos detentos vem das parcerias com a comunidade: comércio, indústria, Prefeitura e Governo do Estado. Esse sistema é importante porque recupera o detento. No Brasil, o índice de recuperação nos presídios comuns é pequeno, por volta de 15%. Há taxa de reincidência em delitos em torno de 85%, enquanto, na APAC, menos de 10% voltam a cometer crime.

Esse processo trará grandes benefícios à comunidade de Conselheiro Lafaiete. Um cidadão, fruto de fatalidade ou deslize social, ao cometer crime, será obrigado a cumprir a pena longe da comunidade, podendo até ser violentado. Conselheiro Lafaiete terá um sistema moderno, devendo ser copiado pelos municípios, já que alguns têm poucas unidades funcionando.

Parabenizo o Juiz José Aloísio pela brilhante iniciativa, o Rotary, o Lyons, a Maçonaria e todas as entidades que responderam ao seu apelo. Haverá resposta positiva da comunidade, que, mobilizando-se, conseguirá o sucesso alcançado por Itaúna com a implantação da APAC. Em nome da comunidade de Conselheiro Lafaiete, agradeço o apoio do Dr. Vandecy Antônio Ferreira, Presidente da APAC de Itaúna, que informou à sociedade lafaietense as vantagens a serem implantadas na nossa cidade.

Outro assunto tenho a tratar: a posição do Vice-Presidente José de Alencar, do PL.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Cumprimento-o pelo pronunciamento. Acompanho essas questões, sobretudo em São Joaquim de Bicas, Três Corações e Conselheiro Lafaiete. O Desembargador Alves de Andrade, árduo defensor das APACs, foi designado para acompanhar o caso. Cumprimento a comunidade de Conselheiro Lafaiete, pois a implantação da APAC representou grande vitória. Trata-se de processo alternativo de reeducação dos presos, em que mais de 85% são recuperados. A renda "per capita" é muito menor que o valor despendido com o preso no sistema comum. Nosso sistema carcerário está falido; mas, com a participação dos Prefeitos, das comunidades e das lideranças, poderemos reduzir a violência. As cadeias e penitenciárias são escolas de criminalidade, pois o preso que furtou um botijão de gás poderá se tornar traficante. A solução para isso é simples, mas precisamos de lideranças e de pessoas que acreditem no processo alternativo.

Cada cidade, ao adotar esse projeto, avança para mudar esse quadro do Brasil. Daqui a alguns anos, horrorizar-nos-emos, ao verificarmos que houve, em nossa história, sistemas penitenciários e carcerários como os atuais. Mais uma vez, cumprimento-o por defender as APACs.

O Deputado José Milton - Deputada Maria Tereza Lara, agradeço a V. Exa. por enriquecer o pronunciamento. Lamentamos os que defendem o princípio da tolerância zero nos presídios. Sabemos que a recuperação, a humanização e a ressocialização dos presos não se coadunam com tal princípio. Os fatos sociais levam à violência, e a sociedade tem de ter tolerância e contribuir para a recuperação dos detentos. Só assim poderemos sonhar com uma sociedade mais tranqüila, equilibrada e humana. Não adianta adotarmos tal estratégia, mas contribuir para que o detento saia da cadeia cada vez mais revoltado e com dificuldade de integrar-se na sociedade.

Num encontro em Conselheiro Lafaiete, houve exemplos fantásticos, que valeria a pena citar, mas o tempo não permite. Havia pessoas vivendo numa marginalidade muito séria, como a de qualquer cidade populosa, as quais conseguiram recuperar-se. Estão plenamente integrados na sociedade, contribuindo, somando e valorizando-se.

Sr. Presidente, volto ao assunto dos juros. O Vice-Presidente, José Alencar, do PL, vem, numa posição de coerência, desde os oitos anos do Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, batendo na tecla sobre os juros e na impossibilidade de, com juros altos estabelecer-se indústria nacional, com geração de empregos, de produtos, de bens, produtiva, capaz de atender ao mercado, de exportar e gerar divisas para o Brasil. Além disso, há anos o PL prega a inviabilidade desse projeto de manutenção da taxa de inflação ao patamar do que determina o FMI: viabilidade de superávit da balança comercial e o atendimento de receita desse Fundo.

Nos jornais, vemos a derrocada da indústria com milhares de desempregos. A indústria automobilística do Brasil está demitindo milhares de trabalhadores, concedendo férias coletivas, como a Fiat Automóveis. O parque nacional e industrial e a economia estão parando.

A crítica do Vice-Presidente, que é empresário, é justa. Sabemos que não é viável a economia ser mantida sem o crédito, ou seja, para o empresário, na troca da duplicata; para o consumidor; enfim, que viabiliza a engrenagem da economia, por meio da indústria, do comércio e dos negócios pequenos. Verificamos a paralisação da economia e, cada vez maior, o índice de desemprego.

Nos jornais, artigos se referem aos juros de cartão de crédito e do cheque especial como dos mais altos da história do País. Não é verdade quando anunciam que os juros são de 178%, pois é muito mais. Aliás, sou correntista do Banco Itaú. Tenho extrato provando que a taxa anual dos juros do cheque especial é de 187,52%. Portanto, a taxa de juros é de 200%.

O Vice-Presidente, diante de sua experiência de empresário que começou de baixo, sabe a repercussão da exorbitante taxa de juros praticada pelos Bancos atualmente na economia, no desemprego, na balança comercial, enfim, em toda a vida da Nação. Não é à toa que os Bancos ganham no Brasil o que os internacionais, os maiores do mundo, percebem.

Hoje está anunciado, nos principais jornais do Brasil, a compra do BBV pelo BRADESCO. O que os Bancos do Brasil ganham hoje é muito mais que o que ganham os Bancos de qualquer lugar do mundo. Qualquer Banco brasileiro consegue comprar Banco internacional, principalmente os que operam no Brasil. O BRADESCO e o Itaú estão comprando todos os Bancos estrangeiros que operam no Brasil. Os Bancos estrangeiros funcionam no Brasil com suas filiais, tendo seus maiores movimentos fora do nosso País, enquanto os Bancos nacionais ganham fortuna, diariamente, em cima do suor do brasileiro, da indústria, do pequeno empresário, quebrando a indústria e o comércio. Não sei quanto o BRADESCO pagou no BBV, mas qualquer Banco nacional hoje consegue comprar um Banco internacional colocado à venda no Brasil. Lá fora os Bancos internacionais operam com taxas civilizadas, taxas baixíssimas, dentro da realidade do mercado, enquanto aqui cobram qualquer valor, qualquer taxa, esfolam qualquer cidadão, qualquer empresário, ganhando bilhões e bilhões. Fica aqui também minha indignação, fazendo coro com o nosso Vice-Presidente José Alencar em sua afirmação de que não podemos continuar nessa situação dos juros dos Bancos do Brasil, esse arrocho dos juros dos Bancos que inviabilizam a vida da Nação, o crescimento e o desenvolvimento do Brasil. Muito obrigado.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, caros telespectadores da TV Assembléia, meus senhores e minhas senhoras, cumprimento nosso querido amigo, Deputado José Milton, por trazer um assunto tão importante a esta Casa, para que possamos, cada vez mais, refletir sobre a questão da segurança. As APACs, no nosso entendimento, é uma solução interessante para essa crise que a sociedade enfrenta hoje com a questão da segurança.

Gostaríamos também de cumprimentar nosso companheiro, brilhante Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que esteve nesta tribuna falando da importante missão conferida à recentemente instalada Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, a qual iniciou seus trabalhos na semana passada, tendo como Presidente o ilustre Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Por sua proposta de trabalho, sabemos quão importante será a Comissão para esta Casa. Com satisfação, fomos indicados para compor essa Comissão. Tivemos a honra de ser escolhido por nossos pares para ocupar o cargo de Vice-Presidente e pretendemos, ao lado do nosso Presidente, exercer nosso trabalho com serenidade e firmeza. Sabemos do significado dessa Comissão para esta Casa, como também dos desafios e dificuldades que iremos enfrentar. Não temos dúvida de que, ao lado dos Deputados Dalmo, Biel Rocha, Célio Moreira, Gustavo Valadares, Gilberto Abramo e Padre João, haveremos de enfrentar todos os desafios que nos forem apresentados.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, trago uma preocupação com relação a um movimento que se inicia na COPASA. Sou, há 30 anos, funcionário de carreira dessa empresa e participei ativamente do seu desenvolvimento e crescimento desde sua existência em apenas 20 municípios. Hoje ocupa quase 600.

Movimento pacífico está ocorrendo, com relação a uma paralisação feita agora em virtude de uma negociação que o SINDÁGUA, sindicato majoritário da COPASA, vem discutindo com a direção da empresa. Fomos procurados pelo Sindicato, que mostrou a preocupação pelo não-atendimento a uma proposta encaminhada - no entendimento dele e no nosso -, que é singela e que visa tão-somente recuperar a perda salarial dos funcionários da empresa ocorrida nos últimos 12 meses.

A empresa, em contrapartida, fez sua proposta, atendendo parcialmente à solicitação do Sindicato, ou seja, propôs o atendimento de aproximadamente 50% da reivindicação da recomposição de perdas. Cria na empresa um indicador novo, a chamada gratificação por desempenho institucional. Entendemos que se trata de uma modalidade nova, que será experimentada. É importante que o funcionário seja, de certa maneira, gratificado pela produtividade. No entanto entendemos que, em primeiro lugar, deveria ser atendido o pedido de recomposição salarial. A partir daí, poderia haver gratificação por desempenho.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Obrigado. Anuncio a presença do Dr. Jorge Pets. Veio visitar o nosso País, e isso nos deixa bastante felizes. Com certeza, nós, brasileiros, o estamos recebendo muito bem porque nossos países são irmãos e amigos.

Essa visita é boa para o intercâmbio entre outros países e o Brasil, que mais detém tecnologia de país tropical. Evidentemente é um forte aliado do desenvolvimento do continente africano. Apesar de o Dr. Jorge ser de Portugal, investe em Moçambique. Ficamos felizes em poder ver o Brasil exportar tecnologia para aquele país. O Dr. Jorge está acompanhado do Dr. Luciano, do Sindicato do Açúcar e do Alcool do Estado. Obrigado.

Dr. Jorge, quem está na tribuna é o Deputado Fábio Avelar, um defensor das águas, do meio ambiente e do setor produtivo. Agradecemos o aparte, Deputado Fábio Avelar.

O Deputado Fábio Avelar - Deputado Paulo Piau, quando anuncia a presença, entre nós, de tão ilustres figuras, os Drs. Jorge e Luciano, aproveitamos a oportunidade para desejar a eles e à sua comitiva boas-vindas ao nosso Estado, à nossa cidade e, sobretudo, à nossa Casa legislativa. É uma satisfação tê-lo conosco.

Continuando nosso pronunciamento, deixamos registrada nossa preocupação em relação à manifestação dos funcionários da COPASA e do seu sindicato, embora pacífica e ordeira, pois sentimos que a categoria está mobilizada. Antes de vir a esta Casa, tive a oportunidade de passar na COPASA e no sindicato e fiquei impressionado com a quantidade de funcionários mobilizados e que estão participando da justa reivindicação de reposição salarial. Podemos constatar a presença de mais de 1.000 funcionários - representantes de, praticamente, todas as regiões de Minas Gerais, mais notadamente da RMBH, por sua proximidade.

Conhecedores profundos daquela empresa e da capacidade e dedicação de seus funcionários, que sempre vestiram a camisa, aproveitamos esta tribuna para fazer apelo à direção da empresa para buscar forma de atender a justa reivindicação dos colegas, cuja companhia tive o privilégio de compartilhar por quase 30 anos. Então, manifestamos a nossa preocupação e gostaríamos de contar com a boa-vontade da direção da COPASA para agilizar a negociação.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Obrigado. V. Exa., melhor do que ninguém, é o legítimo intérprete e mensageiro de toda aspiração e sentimento dos servidores da COPASA, cuja preocupação traz a esta Casa. Coloco-me ao lado de V. Exa., profundo conhecedor da estrutura e do mecanismo da COPASA, que presta relevantes serviços ao Estado, apoiando e manifestando minha solidariedade a esses servidores.

Manifesto a satisfação por receber, hoje, servidores da Educação, do Sul de Minas, particularmente da minha querida Ouro Fino, de Jacutinga, Monte Sião, Inconfidentes, Borda da Mata e Pouso Alegre, cuja comitiva está percorrendo os gabinetes deste parlamento, preocupada com as reformas, cujas discussões serão iniciadas nesta Casa. A presença desses servidores significa o real exercício da democracia. Respeitamos-os e temos maior laço de gratidão com todos aqueles que dedicam a sua vida exclusivamente à educação. Apresento minha palavra de apoio não apenas à minha região, mas a todo o Estado e demonstro, com dedicação e transparência, que estaremos vigilantes a todas essas discussões. Certamente, representarão momento importante e de muita reflexão, para garantir os direitos do funcionalismo.

V. Exa. e a COPASA tenham certeza de que apoiaremos a justa reivindicação. Parabéns! A sua preocupação é desta Casa. Obrigado.

O Deputado Fábio Avelar - Agradeço o aparte e a solidariedade. Faça questão de ressaltar que, em relação ao saneamento, ao meio ambiente e até mesmo à COPASA, sempre recebi o carinho e o apoio dos colegas.

Gostaria até mesmo de lembrar um projeto de emenda à Constituição, quando aqui iniciamos um trabalho, visando evitar a privatização de empresas públicas como a COPASA e a CEMIG, e obtivemos o apoio de todos os Deputados, o que culminou com o encaminhamento de um novo projeto à Casa por parte do Governador, o qual hoje já é lei e praticamente proíbe a privatização de empresas como as referidas acima.

Embora o sindicato realize hoje uma paralisação na COPASA, isso tem sido feito de maneira ordeira, respeitando, principalmente, o direito do usuário de água e dos serviços sanitários. Todas as providências necessárias para a manutenção desse serviço foram tomadas pelo sindicato, e não constatamos ainda nenhum prejuízo à população servida pela empresa.

Mais uma vez, agradecemos a oportunidade e fazemos um apelo à direção da COPASA e ao Sindicato para que encontrem, o mais rápido possível, uma proposta que atenda a ambas as partes, evitando, assim, um problema maior para a própria empresa. Muito obrigado.

46ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 11/6/2003

O Deputado Pastor George* - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, órgãos da imprensa, senhoras e senhores, a razão que me traz à tribuna é tema da maior importância. Creio que será compreendida a necessidade de fazermos este pronunciamento para maior debate nesta Assembléia. Esta Casa precisa evoluir, e muito, com relação à questão de que trato agora: a escola família agrícola do Estado - assunto da mais alta relevância.

Temos um vídeo, que divulgaremos em breve, mostrando o trabalho importantíssimo realizado nessas escolas, onde tem-se dado atenção ao preparo do homem do campo para a sua permanência ali.

Temos visto o Brasil sofrer com a questão do êxodo rural. O trabalho desempenhado pelas EFAs é importante para a recuperação da auto-estima do agricultor e para o desenvolvimento regional. Esta Casa e os Governos devem perseguir essa bandeira.

As Escolas Famílias adolescentes, jovens e dos adultos, em um contexto sócio-geográfico concreto.

Voltando à história de Minas, nas décadas passadas, por volta de 1950, havia, nas maiores cidades mineiras, as famosas Escolas Agrícolas, podendo citar a Escola Agrícola Wenceslau Bráz, localizada em Itajubá, talvez a mais antiga, que permaneceu por muitas décadas em regime de internato, cujo prédio comportava aproximadamente 200 alunos, os quais, além de cumprirem as disciplinas curriculares, também se especializavam em agricultura. Com o passar do tempo, por motivos vários, essas escolas foram desativadas, sendo hoje seus prédios ocupados por escolas públicas.

Entendo que, com a falta dessas escolas agrícolas e por imperiosa necessidade, surgiu a Escola Família Agrícola - EFA.

A EFA é uma associação composta por famílias, por profissionais e entidades que buscam contribuir para a promoção e o desenvolvimento do meio, através da formação, estimulando o espírito solidário, tendo por meta principal, além da formação dos adolescentes, dos jovens e dos adultos, contribuir para a promoção e o desenvolvimento local sustentável solidário: tendo como referência a agricultura familiar, por sua importância social, econômica, política, ecológica e cultural e tendo como perspectiva a qualidade de vida no campo. É preciso fazer com que o agricultor seja mantido na região, estimulando-se atividades que venham promover o aquecimento da economia regional tão fragilizada pelos abalos que vem sofrendo nos últimos anos.

Para atingir as suas finalidades, a EFA utiliza uma associação de famílias e uma metodologia apropriada: a alternância, em seus momentos integrados à realidade rural, objetivando o desenvolvimento sustentável. No contexto rural mineiro, Minas Gerais é um Estado eminentemente agrícola. O incentivo dessas escolas agrícolas é fundamental para o fortalecimento da economia mineira.

A agricultura tem influenciado profundamente a cultura do Estado. Ainda há de se considerar que 516 municípios mineiros têm uma população que não ultrapassa 10 mil habitantes e, nessas localidades, o urbano e o rural se confundem, pois as suas relações, além de estreitas, são dependentes.

Portanto, qualquer ação do Estado na agropecuária mineira reflete, quase que imediatamente, em toda a sociedade, até porque mesmo as médias e grandes cidades mineiras são formadas por uma população de origem rural.

Agilizar esses potenciais é função de uma política agrícola bem definida. Nesse sentido, convido a todos os parlamentares para uma reflexão sobre a EFA, para que nosso Estado, que já possui 13 escolas, possa tornar-se referência nacional, principalmente com relação ao aumento da produção, à geração de ocupações produtivas, à garantia da segurança alimentar e à melhoria da qualidade de vida da população no meio rural.

Queremos chamar a atenção para a importância da agricultura familiar no contexto rural de Minas Gerais. Daí a relevância desse tema. A agricultura familiar é reconhecidamente responsável pela produção de alimentos básicos, como feijão, arroz, mandioca, milho, tomate, café, banana, laranja, algodão, entre outros.

A Deputada Maria José Haueisen (em aparte)* - Cumprimento-o por sua exposição. Acompanhamos as EFAs há algum tempo e, cada vez mais, entusiasma-nos com o trabalho que fazem, sobretudo, pela pedagogia da alternância sobre a qual o senhor se refere. Se queremos evitar o êxodo rural, dar aos jovens trabalhadores do campo educação que lhes possibilite continuar em seu local de nascimento, onde vive sua família, nada melhor do que oferecermos-lhes a escola agrícola. Além do ensino formal, terão conhecimentos técnicos para utilizar na agricultura, pecuária, enfim, o trabalho que costumam fazer na roça. Além do trabalho de educação pessoal, passa a haver intercâmbio entre os jovens e a família, visto que ficam 15 dias na escola e 15 em casa com os pais. Enquanto isso, a escola é ocupada por outro grupo. Há alternância na construção do conhecimento. É importante que a EFA cresça.

Pensando nisso, encaminhamos no ano passado, juntamente com o Deputado Adelmo Carneiro Leão, o projeto que se converteu em lei, e foi feito em acordo com os Líderes, a Direção da EFA, a Secretaria de Educação, o nosso gabinete e o do Deputado Adelmo Carneiro Leão. Ficamos felizes porque o projeto foi convertido em lei. O Estado se compromete a dar apoio financeiro e, até mesmo, a encaminhar um pouco de técnica e pedagogia para o ensino formal. Parabéns pelo valor que V. Exa. também dá à EFA.

O Deputado Pastor George* - Obrigado. Sou testemunha de seu trabalho incansável em defesa das EFAs, não só durante a legislatura passada, mas também nesta. É pela importância da agricultura familiar no contexto rural mineiro que justificamos a necessidade de haver política pública que dê maior atenção e apoio às EFAs, as quais estão comprometidas com duas finalidades básicas: formação integral da pessoa humana e formação profissional para atuar no meio rural.

O que há de diferente nessas escolas? Adota-se a pedagogia de alternância, como falou V. Exa., pela qual os alunos freqüentam a escola durante 15 dias, em regime de internato, voltando, a seguir, por igual período, para suas famílias, com oportunidade de pôr em prática o que aprenderam. Trata-se de formação tipicamente rural. Entendemos que isso gera opções de trabalho na região. As EFAs surgiram na França em 1935 e atuam em dezenas de países, com excelente resultado pedagógico. No Brasil, existem 115 escolas, distribuídas em 17 Estados da Federação, envolvendo mais de 5 mil comunidades rurais. Organizam-se por meio da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil - UNEFAB -, com sede em Brasília.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)* - Parabeno-o por seu pronunciamento e por seu aniversário, hoje. Que Deus o abençoe e ilumine para que continue fazendo o bem aqui na Terra.

O Deputado Pastor George* - Obrigado. Vamos agora assistir a um vídeo que mostra o trabalho realizado pelas EFAs.

- Procede-se à exibição de vídeo.

Peço que interrompa o vídeo, pois já deu para ter uma idéia.

Puderam ver a importância de estimular a criação de novas EFAs. Hoje, são 13 estabelecimentos em funcionamento, Itinga, Conselheiro Pena, Sem-Peixe, Muriaé, Virgem da Lapa, Pavão, Turmalina, Itaobim, Campo Florido, Padre Paraíso, Jequeri e Comercinho, que atendem a 64 municípios, 160 comunidades rurais com 1.500 famílias associadas.

Não haveria melhor momento para valorizar o homem do campo que, diante de tantas crises, sai da cidade grande em direção ao interior.

Parabeno o Deputado Adelmo Carneiro Leão e a Deputada Maria José Haueisen. Teremos uma audiência na sexta-feira com a Dra. Vanessa, Secretária Estadual de Educação, para buscarmos maior apoio, ajuda financeira e subsídios para que as escolas possam implementar seus projetos junto às comunidades carentes.

Agradeço a atenção de todos e parabeno a cidade de Medina. Cada vez mais o povo medinense se destaca por seu trabalho, honradez, vontade de vencer. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Leonardo Quintão - Ocupa a tribuna para falar sobre a audiência pública realizada hoje, na Comissão de Defesa do Consumidor, cujo objetivo era estudar o problema dos contratos de financiamento da Caixa Econômica Federal - CEF - em Minas Gerais e em todo o Brasil.

Há algumas semanas, fui surpreendido em meu gabinete por um pai de família desesperado, que veio com um pedido diferente. Pediu-me que, como autoridade, fosse a uma agência da CEF e intercedesse junto ao Gerente para que recebesse a prestação atrasada de seu imóvel. Esse cidadão relatou-me que tinha duas prestações atrasadas e, devido à dificuldade financeira por que passava, quitou apenas uma. Embora acrescidos os juros e a multa previstos no contrato, o Gerente não quis aceitar, alegando que a CEF não pode receber apenas uma prestação, e sim o débito total.

O pedido daquele cidadão era absurdo, porque o Banco Caixa Econômica Federal e a instituição social Caixa Econômica Federal não aceitaram o pagamento daquela prestação. No mesmo contrato está previsto que, depois do atraso da terceira prestação, o contrato é executado extrajudicialmente.

Infelizmente, o representante da CEF não compareceu à audiência nem enviou representante para explicar à Assembléia Legislativa o porquê

dessa situação. Mesmo assim, pude analisar outros fatos que acontecem nos contratos de financiamento da Caixa. Observei que consta no contrato que o "mandado é irrevogável e irretroatável com a Caixa Econômica Federal". Ora, conforme consta no direito pátrio os mandados delegam poderes a outrem para que estes exerçam determinada atividade em nome daquele. Há a possibilidade de revogação conforme consta na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil - nos seus arts. 115 e seguintes, os quais estabelecem que o efeito do mandato somente tem validade dependendo da vontade do interessado.

Se ambas as partes não quiserem mais, o contrato pode ser revogado, mediante multas e juros.

Sobre o valor da obrigação em atraso, atualizada conforme o previsto, incidirão juros remuneratórios, calculados pelo método de juros compostos, com capitalização mensal, à mesma taxa de juros da cláusula anterior. A cobrança de juros compostos é abusiva nesse tipo de contrato, pois sua incidência somente é permitida nas cartas de crédito. A cobrança de juros praticada pela CEF pode estar onerando somente uma das partes contratuais, que é justamente o mutuário.

A dívida será considerada antecipadamente vencida, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, ensejando a execução desse contrato, para efeito de ser exigida de imediato na sua totalidade, com seus acessórios, atualizados conforme cláusula anterior.

A CEF estará cerceando direitos caso esteja determinando a execução direta do contrato sem prévio processo judicial. Está sendo lesado um direito constitucional de acesso à justiça, o devido processo legal e a ampla defesa por parte dos mutuários.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Deputado Leonardo Quintão, pela manhã, durante audiência pública realizada na Comissão de Defesa do Consumidor, foram discutidos os contratos com a CEF. Os mutuários estão sendo muito prejudicados, porque não podem pagar parceladamente as suas dívidas acumuladas. São obrigados a pagar de uma só vez ou perdem suas casas.

Por isso, apresentamos requerimento, que também foi assinado por V. Exa., dirigido ao Presidente da CEF, que, com certeza, reverá esse tipo de contrato. Essa é a orientação do Presidente Lula, que priorizou a habitação popular, propondo a liberação de R\$5.300.000.000,00 para a construção de casas populares.

Cumprimentamos V. Exa. por trazer este debate à Assembléia, porque, diante do desemprego e dos baixos salários, o direito à moradia tem sido cerceado a muitos trabalhadores do País. Estamos juntos nessa luta. Temos a certeza de que esse quadro será mudado. Os convidados que participaram daquela audiência pública, representando várias entidades, puderam confirmar como o usuário tem sido prejudicado por esse tipo de contrato da CEF. Brevemente, essa situação será mudada, com a contribuição desta Casa e da Comissão.

O Deputado Leonardo Quintão - Obrigado.

Os contratos que estão sendo tratados são de adesão. O consumidor não pode discutir nem modificar seu conteúdo. O contrato não está regido em termos claros para o consumidor, com o objetivo de facilitar sua compreensão. Existem termos obscuros e de difícil entendimento por parte daquele que é leigo em termos jurídicos. Por exemplo: "... ajuste "pro rata"..." ; "... será calculado juro composto..., ... nas normas do SFH e outros".

Um cidadão perguntou-me se a expressão SFH significava FHC. Expliquei de que se trata. Há algumas semanas, procurei a CEF, a fim de fazer um empréstimo para a compra da minha primeira moradia. No entanto, não existe financiamento direto para um determinado valor. No meu caso, seriam R\$150.000,00.

Existe consórcio oferecido pela CEF, o Banco, não a instituição financeira e humanitária. Analisei seus termos e constatei que o produto não é social. No termo de adesão, paga-se 1% do empréstimo, representando R\$1.500,00. Há a taxa de administração de 17%, cobrada sobre o valor total. Assim, ao aderir ao consórcio, você entra devendo R\$150.000,00, acrescido de 17%, ou seja, R\$177.000,00. Os juros incidem sobre a taxa de administração. E ainda existe o seguro, cobrado sobre os R\$150.000,00, para cobrir recursos necessários para executar o mutuário em caso de inadimplência. É um absurdo começar pagando taxa para execução!

Venho aqui, como Deputado e cidadão, pedir ao Presidente da CEF que reveja esses contratos, porque o mutuário não tem condições de cumprir suas obrigações. Infelizmente, essa situação vigente faz com que ambos sejam lesados, o Banco e o mutuário. De cinco em cinco anos ou de dez em dez anos, a instituição dá desconto de 50% nos contratos a serem pagos. No ano passado, esse abatimento ficou em torno de 90% e, posteriormente, de 100%.

Da forma proposta, os mutuários perdem o sono, começam a ter problemas familiares e não desempenham bem o seu trabalho. O sonho da casa própria não é apenas do brasileiro, mas também do americano. Se se visitar um país desenvolvido e perguntar aos trabalhadores qual é seu sonho, ter-se-á como resposta que é a casa própria. Tenho a certeza de que essa necessidade dos mutuários será revista.

Vimos o exemplo da COHAB-MG, que permite certa flexibilização na aquisição dos bens. O mutuário é chamado individualmente para negociar sua dívida de maneira viável, estabelecendo, assim, o fator social, que não pode ser desconsiderado pela CEF, que, na verdade, pega o dinheiro do trabalhador para financiar a casa própria.

O trabalhador recebe 5 ou 6%, e o mesmo dinheiro é emprestado para comprar a casa própria, pagando-se 20 ou 30% ao ano, pois os índices são reajustados de acordo com a inflação, ou com os índices oficiais do Governo - IPC, INPC e IGPM. Assim, o mutuário não agüenta, uma vez que seu salário não aumenta de acordo com esses índices.

Como assalariado, não tive coragem de pegar esse empréstimo por meio de um consórcio, porque fiz algumas contas e constatei que, daqui a quatro anos, não teria mais condições de honrar as prestações. Muito obrigado.

O Deputado Fahim Sawan* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público que nos assiste, servidores da Casa, senhoras e senhores, venho a esta tribuna para falar de algo que tem tirado nosso sonho desde a madrugada de ontem, quando, por volta das 3 horas, uma composição férrea, com 39 vagões, vinda de Camaçari e com destino a Paulínea, no Km 1.032, na zona rural de Uberaba, descarrilhou. Cinco vagões carregavam 245t de octanol; oito, 381t de metanol; e dois, 94t de isobutanol. Havia ainda 147t de cloreto de potássio.

Todo esse material foi derramado em solo uberabense, e seguiu-se um incêndio de 18 vagões. O dano ainda está por ser dimensionado, uma vez que várias reservas florestais foram queimadas, e o solo, contaminado. Pior ainda foi a contaminação de um dos afluentes do rio Uberaba, próximo à captação de água feita pela companhia da cidade, a CODAU. Vários animais já morreram, e as reservas florestais tiveram muitas de suas partes destruídas.

O local da captação já está totalmente coberto de metanol, porque a água do afluente, logo que entrou no rio Uberaba, atingiu-o, apesar dos esforços de contenção, como a construção de barragens e a improvisação de desvios.

O desastre ambiental, considerado calamidade pública, deixou Uberaba sem água. Mais de 250 mil pessoas, moradores da cidade, estão sem água no momento. O Prefeito em exercício, Dr. Odo Adão, decretou estado de calamidade pública, tamanha é a tragédia e o medo de nossa população.

As análises preliminares foram feitas - para as quais contribuí - e detectaram que até 500 ou 600m de distância do local do acidente há indícios de metanol, isobutanol, octanol e cloreto de potássio. O metanol, misturado à aguardente, matou inúmeras pessoas no Brasil. O cloreto de potássio, um dos maiores causadores de arritmias cardíacas, é usado nas penas de mortes nos Estados Unidos. Portanto, há risco de vida em Uberaba, pois vários animais morreram.

Solicitamos à Comissão de Meio Ambiente, presidida pela Deputada Maria José Haueisen, que de pronto aceitou nosso requerimento, seja realizada audiência pública para apuração das responsabilidades. Esta Casa não pode permitir desastres como esses. A empresa envolvida no acidente transportava carga tóxica e explosiva e há dois anos também causou um desastre de semelhantes proporções na Grande BH. Para evitar acidentes calamitosos, a Ferrovia Centro-Atlântica, subsidiária da Vale do Rio Doce, deve tomar providências. Vidas não podem ser perdidas continuamente. Estamos perdendo nossas florestas, animais e reservas de Uberaba, pois pessoas ainda podem ser contaminadas pela água. Com 250 mil pessoas sem água, Uberaba conta com cidades vizinhas para socorrer sua população. A Ferrovia Centro-Atlântica, após a privatização, é a empresa que se apresenta em pior estado; por isso comete desastres como esses.

Por sugestão da Comissão de Meio Ambiente, pedimos a presença da Comissão Especial dos Acidentes Ambientais. Torna-se imprescindível a discussão rigorosa sobre o transporte de cargas tóxicas e explosivas. Peço, de público, calma à população, pois temos expectativas de que, em 48 horas, teremos resultados definitivos das amostras. Na amostra qualitativa comprovamos a presença desses metais, mas apenas pela quantitativa poderemos monitorar o uso das nossas águas e solos.

Peço calma e paciência à população de Uberaba, pois fazemos o que é possível. Não poderíamos prever esse tipo de desastre, porém, além de sermos homens públicos e prestarmos informações do que fazemos, temos a responsabilidade de prevenir, para que isso não aconteça mais na nossa cidade, no nosso Estado e no nosso País.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)* - Solidarizo-me com V. Exa. e com a população de Uberaba, especialmente. Certamente, ela é uma das maiores e mais belas cidades mineiras. O seu povo, que é extremamente trabalhador e acolhedor, vive momento difícil. Neste momento, são fundamentais não só as palavras de V. Exa, por meio das quais pede tranquilidade a todos, mas também a ação de todas as autoridades que possam se irmanar nesse processo. Isso seria para evitar o mal maior: a contaminação da água para consumo humano e animal e também da água utilizada no cultivo de alimentos. É um momento de refletirmos sobre a seriedade desses acidentes ambientais que se tornam cada dia mais frequentes.

Nesta semana, ao mesmo tempo em que refletíamos sobre a semana do meio ambiente, noticiavam-se os vazamentos da PETROBRAS nos seus portos petrolíferos. Há ainda situações recentes, como o rompimento da barragem que trouxe transtorno para o povo mineiro e carioca. Uberaba, agora, cidade que é exemplo de desenvolvimento do Triângulo Mineiro e referência para todos nós, vive esse pesadelo.

Além de me solidarizar, comungo com V. Exa. na preocupação de que é fundamental que haja medidas para se verificar não só a causa do acidente, mas também o que as empresas concessionárias, em especial a Ferrovia Centro-Atlântica, fazem para a conservação e o desenvolvimento ferroviário no Brasil. Esse setor, que requer investimentos tanto da iniciativa privada, que adquiriu a concessão, quanto do poder público, é fundamental para que a economia brasileira se desenvolva.

Portanto, manifesto minha preocupação, acompanhando V. Exa. e esta Casa. Devemos investigar, a fundo, esse assunto, buscar soluções imediatas para prevenir mal maior em Uberaba e evitar futuros acidentes que tragam prejuízos ao meio ambiente e risco à vida humana. Muito obrigado.

O Deputado Fahim Sawan - Obrigado, Deputado Domingos Sávio. Neste momento, o povo de Uberaba que lhe assiste também agradece pela sua solidariedade. Além disso, espera de nós Deputados providências imediatas para que o mal seja o menor possível. Agradeço aos militares, aos bombeiros, à sociedade organizada de Uberaba, ao Governador Aécio Neves, ao Presidente desta Casa, Deputado Mauri Torres, ao Secretário do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, que nos atendeu prontamente, aos Vereadores de Uberaba, que hoje realizaram audiência pública pela manhã, aventando soluções imediatas para o drama vivido pela sociedade.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Deputado Fahim Sawan, cumprimento-o pela sua manifestação, que mostra ao Estado a gravidade desse acidente. V. Exa. é sensível ao problema e árduo defensor de Uberaba e daquela região. Foi ágil a forma com que o Sr. Odo Adão, Prefeito em exercício, enfrentou o problema, decretando calamidade pública. Além da ação dos Vereadores e do Secretário de Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, que, mesmo estando em Uberlândia, tão logo soube da notícia, correu para Uberaba. A equipe ambiental do Governo e o Governador acompanharam o andamento da operação, mostrando preocupação em relação a esse grave problema em Uberaba. O Secretário José Carlos Carvalho destacou o pronto atendimento do Corpo de Bombeiros. Se eles não tivessem agido com tanta competência e agilidade, certamente o problema teria sido maior. Parabéns a V. Exa. pela defesa desses pontos tão importantes para Uberaba.

O Deputado Fahim Sawan* - Muito obrigado, Deputado Zé Maia, nosso querido Deputado da região. Queria terminar agradecendo pelas manifestações. Espero desta Casa uma solidariedade nas ações que precisamos implementar para que acidentes e tragédias como essa, que gerou pânico na minha cidade de Uberaba, não aconteçam em nenhuma cidade do Estado. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, inicialmente, como mineiros e brasileiros, gostaríamos de cumprimentar a Srta. Gislaine, ex-estagiária desta Assembléia, que tão bem representou nosso País, apresentando para todo o mundo não só a beleza, mas principalmente a inteligência da mulher brasileira. É uma honra tê-la conosco nesta Casa.

Queria registrar que hoje foi um dia muito importante para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Em solenidade realizada pela manhã, tivemos a instalação de três importantes espaços de atuação legislativa e da sociedade civil no Legislativo mineiro. Em primeiro lugar, a instalação da Comissão de Ética, presidida pelo nobre Deputado Dalmo Ribeiro Silva; a Ouvidoria Parlamentar, que terá como titular o Deputado Roberto Carvalho, e a Comissão de Participação Popular, com a participação dos Deputados Mauro Lobo, Leonardo Quintão, Gustavo Valadares, João Bittar e este Deputado, que terá a honra de presidir tal Comissão. Na verdade, a Comissão de Participação Popular se inspira em algumas experiências internacionais e da Câmara de Deputados. Ao longo dos anos e com o avanço democrático, principalmente na Europa, os parlamentos de vários países como a Itália, a Suíça, Portugal, a Austrália e alguns Estados dos Estados Unidos da América avançaram no sentido de criar mecanismos de participação e integração direta da sociedade nos trabalhos legislativos. Por meio do direito de petição, a sociedade manifestava o desejo de ter acesso a uma informação pública, apresentava propostas de referendo, plebiscito ou mesmo de iniciativa

de projetos de lei.

Em 2001, na Câmara dos Deputados, o então Presidente, Deputado Aécio Neves, hoje Governador do Estado, tomou a iniciativa, junto com as lideranças de todos os partidos, de instalar a chamada Comissão de Legislação Participativa, que tem por missão e atribuição recolher sugestões de projetos de lei, de emendas ao orçamento, emendas ao PPAG e realização de debates públicos.

Essa Comissão foi instalada no Congresso, presidida pela Deputada Luíza Erundina, que, já no início, obteve grande êxito.

Estive, no mês passado, em Brasília. Em contato com a Comissão, observei que, em pouco tempo de funcionamento, mais de 40 iniciativas populares tramitam, muitas a ponto de serem votadas.

A Constituição Federal prevê a iniciativa popular de projeto de lei, mas apresenta requisitos difíceis de ser atingidos. Exige-se no mínimo 1% de assinaturas do eleitorado nacional; ou seja, no plano federal, para se apresentar iniciativa popular de lei é necessário, no mínimo, um milhão de assinaturas. Até hoje, desde a promulgação da Constituição, apenas duas proposições foram apresentadas: uma, na área de moradia popular; e outra, coordenada pela CNBB, que se tornou a Lei Federal nº 9.840, de combate à corrupção eleitoral. Portanto, apenas uma foi aprovada.

Nos municípios, a Constituição é mais austera. Prevê, no mínimo, 5% do eleitorado. A nossa Constituição Estadual prevê, para que projeto de iniciativa popular tramite, a exigência de no mínimo 10 mil assinaturas de eleitores, sendo 7.500 no interior e 2.500 na Capital.

Agora, com a criação e o efetivo funcionamento da Comissão de Participação Popular, qualquer entidade organizada da sociedade civil - sindicato, clube de serviço, associação comunitária, creche, entidade ambientalista ou religiosa - poderá apresentar sugestão de projeto de lei; emenda ao Orçamento, ao PPAG, à LDO e ao PMDI; solicitação oficial de informações ao poder público de realização de audiências públicas e consulta sobre assuntos variados; convocação de Secretário para prestar esclarecimentos nesta Casa; ou seja, as prerrogativas dos parlamentares são compartilhadas também com essas entidades, de forma institucionalizada. Dessa maneira, desburocratiza, simplifica e integra mais o Poder Legislativo com a sociedade civil.

Parabenizo os integrantes da Mesa, que, desde o início desta legislatura, se empenharam, juntamente com o corpo técnico desta Casa, para que, hoje, esta Comissão estivesse em pleno funcionamento. A Assembléia Legislativa possui tradição de participação popular. Há 10, 12 anos, a Assembléia sofreu grande processo de reformulação institucional. Os ciclos de debates, seminários, fóruns técnicos são expressão dessa reformulação, além do papel de comunicação democrática exercitada pela TV Assembléia. A instituição possui canais abertos com os municípios e as entidades da sociedade. Portanto, a Comissão é mais um instrumento, que no processo legislativo avança, porque permite a apresentação de iniciativas de projeto de lei. Destaco para todos os Deputados que presidem comissões permanentes que a Comissão de Participação Popular surge para complementar, e não para substituir ou sobrepor o importante trabalho realizado pelas demais.

Na condição de Presidente da Comissão de Participação Popular, teremos o cuidado de encaminhar os debates rigorosamente sintonizados com as demais comissões permanentes da Casa. Queremos somar a participação popular, e não superpor, substituir ou entrar em conflito com os mecanismos já existentes na Assembléia Legislativa. Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho esse compromisso. A Comissão somente irá colher os frutos desejados e necessários para o fortalecimento do Poder Legislativo se tiver o amplo apoio de todos os Deputados e Deputadas.

Quero ir além dizendo que, já de ontem para hoje, da eleição à instalação da Comissão de Participação Popular, várias entidades já nos procuraram para discutir diversos assuntos. Na reunião de amanhã, serão apresentados requerimentos para que possamos debater as matérias afetas à nossa Comissão. Fomos procurados também por instituições de ensino superior que querem integrar campos de extensão de estagiários e de estudantes de Direito para estudos sobre determinadas políticas públicas. Há associações que também estão propondo audiências públicas com a finalidade de avaliar e debater propostas para o PPAG.

Enfim, a Comissão de Participação Popular, com certeza, será mais um espaço de fortalecimento e de valorização do Legislativo mineiro, que são necessários, porque o parlamento é fundamental em qualquer regime democrático. Não há democracia sem parlamento. O parlamento exprime a pluralidade e a diversidade dos sentimentos e das expressões políticas no conjunto de qualquer sociedade.

Não comungo com as críticas que vêm de setores que querem desvalorizar o parlamento para fortalecer o sistema autoritário - à esquerda ou à direita. Defendemos - e falo também em nome do PT - um Poder Legislativo democratizado e transparente, mas sintonizado e combinado com a participação direta da população.

Achamos fundamental a prevalência, a existência e o livre exercício da atividade parlamentar. Nesse sentido, deve-se fortalecer as ações de valorização do Legislativo, não aquelas corporativas ou de autodefesa de privilégios, mas aquelas sinceras de democratização e de aprofundamento do papel do Poder Legislativo. Como bem retratam as atuais medidas tomadas pela Mesa, que apontam, sim, para o caminho de um Legislativo mineiro fortalecido e democratizado.

Tenho a certeza de que essas iniciativas terão repercussão, não só no Estado de Minas Gerais, mas também em vários municípios do País. Hoje mesmo fui procurado por Vereadores de alguns municípios de Minas Gerais que querem instalar também, em suas Câmaras Municipais, a Comissão de Participação Popular.

Faço também um apelo à Câmara Municipal de Belo Horizonte, que também é tão sensível a esse assunto, para que coloque em prática um projeto de resolução que aprovamos, no último dia da legislatura passada, criando a Comissão de Legislação Participativa também nessa Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, junto a outros parlamentos estaduais, junto à Deputada Luíza Erundina e à Comissão de Legislação Participativa do Congresso Nacional, estamos estabelecendo uma rede de parlamentos comprometidos com a democratização interna e com a proliferação de mecanismos de participação direta da sociedade.

Há a proposta de realizar no segundo semestre, talvez conduzido pela nossa Assembléia, um encontro dos parlamentos que já têm essas Comissões de Participação Popular e o Congresso Nacional, para que se possa fazer uma avaliação do trabalho realizado até aqui. Poderemos ainda avaliar e aperfeiçoar as sistemáticas adotadas.

Com muita alegria vemos que a atual legislatura, a partir do acúmulo de experiências de outras legislaturas, do corpo técnico e da reformulação institucional, avança, como o País, com o Governo Lula, que também faz o seu Plano Plurianual participativo.

Tenho a certeza absoluta de que essa Comissão, a Comissão de Ética, a Ouvidoria e as comissões permanentes continuarão a trilhar o caminho de um parlamento democratizado e sintonizado com os anseios e as aspirações do povo mineiro.

Portanto, os desafios são muitos, mas as energias também são muito positivas. Continuando com o apoio da Mesa, esta Assembléia avançará muito mais. Obrigado.

* - Sem revisão de orador.

O Deputado Zé Maia* - Deputado Rêmoló Aloise, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, inicialmente cumprimento ao Deputado Pastor George e o meu amigo Daniel, que fazem aniversário nesta data. Registro a presença de várias lideranças políticas do Pontal do Triângulo Mineiro: Presidente da Câmara de Ituiutaba, Vereador Rubens Vaz, Vereador Wirton, de Gurinhata, Presidente do PSDB de Capinópolis, Jorginho, Diretor do CEDES de Ituiutaba, Vereador Gilson, de Guriatã, Vereador Valério, de Monte Alegre de Minas, vários companheiros de Monte Alegre, presidentes de associações de bairros. É uma honra tê-los nesta Casa.

Queremos destacar pontos que estão sendo discutidos em todo o Estado de Minas Gerais, temas da maior relevância. É enorme a importância que tem o funcionalismo público para o Estado. Sabemos da dedicação dos profissionais da área de educação e, por isso, temos de reconhecer seu trabalho. Destacamos ainda o trabalho da PMMG, considerada, com toda a justiça, a melhor do Brasil. De modo geral, o funcionalismo público tem prestado grandes serviços ao povo mineiro. Muitos deles, especialmente os da minha região, apostaram em nossa eleição para que os defendêssemos nesta Casa, compromisso do qual jamais fugirei. Minha irmã é professora em Iturama, minhas tias são professoras aposentadas em Ituiutaba, tenho parentes e amigos de Itapagipe e região de Frutal, Iturama e vale do Paranaíba na área da Polícia Civil, todos grandes profissionais do Estado.

É importante salientar que o funcionalismo está há nove anos sem aumento. É uma realidade, um fato. Temos hoje, no Estado, 430 mil funcionários públicos ativos e inativos para uma população de 17.800.000 mineiros. Do orçamento do Estado, 75% são utilizados para o pagamento do funcionalismo. Ou seja, de quatro partes do orçamento, três são utilizadas para o pagamento dos funcionários - aliás, bons funcionários públicos. Dos outros 25%, ou 1/4 do orçamento, 14% são dedicados ao pagamento da dívida do Estado com a União, e de 13% a 15% com o custeio, pagamento de energia elétrica, combustível, aluguel, etc. Se somarmos, veremos que ultrapassa os 100% do orçamento. Portanto, temos 75% do orçamento para pagamento dos funcionários, 14% para pagamento da dívida e 15% para o custeio. Chegam a 102% ou 103%, o que vai gerar cerca de R\$1.000.000.000,00 em déficit para o Estado.

Quer dizer, o Estado gastará R\$1.000.000.000,00 a mais do que arrecada, em 2003. Déficit previsto de R\$1.400.000.000,00 para o ano seguinte, porque, embora sem nenhum aumento salarial para o funcionário público, a folha do funcionalismo cresce em torno de R\$300.000.000,00 por ano, em virtude dos acréscimos e benefícios naturais que o servidor público recebe. Com isso, se olharmos a conta que fizemos, sobrou no orçamento de Minas, para os 17.400.000, mineiros que não são funcionários públicos, 0% para investimento. Estou falando dos pedreiros, eletricitas, microempresários, caminhoneiros que utilizam as maltratadas estradas de Minas e do Brasil, trabalhadores do comércio, profissionais liberais, encanadores, enfim, dos demais trabalhadores da iniciativa privada deste Estado. Eles são 17.400.000 mineiros que não têm, hoje, nem um centavo sequer do orçamento de Minas Gerais.

Aqui não há nenhuma crítica a ninguém; são dados, fatos, números incontestáveis do orçamento do Estado de Minas Gerais. A Lei de Responsabilidade Fiscal permite ao Governo gastar apenas 60% do seu orçamento com pessoal, e o Estado de Minas Gerais está gastando 75%, portanto 15% a mais do que é permitido por lei.

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi criada no Governo do PSDB, mas hoje ela pode ser mudada no Congresso Nacional, embora não deva ser, porque foi o grande avanço que o País teve.

Muitas pessoas, em Minas e no Brasil, acham que o parlamento é responsável por grande parte do orçamento de Minas Gerais, e que isso estaria causando prejuízos para o funcionário público e para o Estado. É importante que todos saibam desta informação e possam conferi-la: o Poder Legislativo de Minas Gerais gasta, do orçamento do Estado, 2,6%. É preciso repetir isso, porque muita gente talvez tenha recebido informações das mais variadas fontes, e o povo mineiro pode achar que esta Casa, que é o berço da democracia, o parlamento, como o próprio Governador disse, hoje, na parte da manhã, o verdadeiro Poder do povo, seja o problema. E ela gasta apenas 2,6% de todo o orçamento do Estado, para pagamento de pessoal, dos Deputados, do custeio, da energia elétrica, do combustível, do telefone. O que se gasta hoje no Poder Legislativo é algo em torno de 2,5% a 2,7% do orçamento de Minas Gerais. Esse é um limite imposto pela Constituição do Estado. O Poder Legislativo pode gastar até 3% do do Estado.

Portanto, é um grande engano achar que o gasto desta Casa seja o problema de Minas Gerais. Também não quero dizer que o custo do funcionalismo público deste Estado seja o seu problema. Ao contrário, o funcionário público tem trazido grandes soluções para o povo mineiro.

Mas é importante destacar que são 430.000 funcionários para um contingente de mineiros, e esses 430.000 funcionários têm 75% do orçamento de Minas Gerais.

Mais um passo, mais um erro, e os mineiros, empresários e trabalhadores tão-somente pagarão a folha de funcionários. Não há crítica ao funcionalismo público, mas a fatos e números indiscutíveis, pois são oficiais e estão à disposição de todos.

Para equacionar o problema, temos de fazer parceria entre o Governo, o funcionário público, esta Casa e o povo mineiro. Minas Gerais não tem condições de atender ao povo. Não temos de fazer greve nem discurso fácil. Para mim, seria mais fácil dar uma resposta positiva à minha família, aos amigos e funcionários públicos que votaram em mim, acreditando que os defenderia. Seria cômodo pedir 50% de aumento para o funcionário público e dizer que tem direito, já que está há nove anos sem aumento. Com a inflação ocorrida nesse período, houve grande perda para o funcionário público.

Dessa forma, agradaria aos funcionários públicos, porém não resolveria o problema. É impossível atender a esse pedido. Se fosse atendido, mais de 100% do orçamento estaria comprometido com o pagamento de pessoal.

Se um funcionário público ganha R\$1.000,00 por mês e contrata um funcionário para ajudá-lo nas lides domésticas, pagando-lhe R\$750,00, ou seja, 75% do seu salário, que é o que o Estado gasta com seu funcionalismo público, compromete 75% do salário com seu funcionário. Se esse funcionário pedisse aumento para o funcionário público, não haveria essa possibilidade, porque os R\$250,00 restantes não dariam para o custeio de alimentação, telefone, energia, educação e vestuário. Essa é a realidade de Minas Gerais. O Governador e os Deputados não têm nada a reclamar do funcionalismo público nem contra ele.

Temos de deixar de lado o discurso fácil e enfrentar a dificuldade e a dimensão do problema. Não deve haver confronto com o Governador do Estado nem greve ou desrespeito a ele, como o que houve nas semanas passada e retrasada. Não podemos exigir que o Governo gaste mais que 75% do seu orçamento para pagamento de pessoal.

A posição do Governo é clara. Não é ficar inerte e apenas discutir o problema. O Governador ensinou-nos e mostrou-nos o caminho. Mandou para esta Casa, e tenho certeza de que será aprovada por unanimidade, a vinculação do aumento do funcionário público ao aumento do ICMS.

O Governador tem cruzado todo o Brasil, como uma das maiores lideranças nacionais, indo em busca de investimentos para fazer crescer o ICMS e como consequência dar ao funcionário público o merecido aumento. É figura da maior grandeza política.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)* - Obrigado, Deputado Zé Maia. Além de congratular-me com V. Exa., compartilho dessa reflexão. É indiscutível que devemos respeitar os funcionários públicos, principalmente os da educação, área extremamente sofrida. É fundamental que valorizemos os integrantes das Polícias Militar e Civil, para que, por meio do trabalho, que é a principal ferramenta, as condições de segurança sejam melhoradas.

Não podemos afirmar que a Oposição ou a Situação, esse ou aquele partido esteja mais empenhado em defender os direitos dos funcionários públicos. Durante a nossa trajetória política, convivemos não só com os trabalhadores públicos, mas também com os da iniciativa privada. Sabemos que não existe desenvolvimento sem a força do trabalho. O capital sozinho é mera especulação. O que produz resultado é o trabalho e, portanto, deve ser valorizado.

É preciso ter responsabilidades para tomar decisões. O Brasil está procurando o caminho certo. Não é somente o Governador de Minas que está propondo reformas e precisando da nossa compreensão e apoio, a fim de que o Estado encontre o caminho do desenvolvimento e meios para valorizar o servidor público. O Presidente da República, de outro partido, de outra linha de governo, toma medidas extremamente semelhantes ao propor as reformas tributária e da Previdência, não podendo aceitar a tese - que pregou, juntamente com seus companheiros, durante muito tempo - de conceder aumento repentino aos servidores, pois foi de apenas 1%.

O Governador sinaliza para um horizonte muito claro, ou seja, busca alternativas para valorizar o servidor público. O objetivo das reformas é sobre algo que não está dando certo. Alguém considera boa a atual situação? Será que alguém acha que o Estado tem uma relação justa com o servidor público? O próprio servidor manifesta insatisfação por estar há nove anos sem aumento. O funcionário da educação manifesta, com justiça, insatisfação por não ter um plano de cargos e salários. Portanto, é preciso que o Governador tenha coragem de propor mudanças que permitam, em curto prazo, iniciar uma relação de melhor qualidade com os servidores, professores e funcionários da área de segurança. Temos, então, de analisar os projetos que tramitam nesta Casa e a relação do Governo com o funcionalismo.

Mas não podemos provocar pânico entre os servidores. Ontem, fizemos um debate em Divinópolis com centenas de servidores. Como fui Prefeito da cidade, tenho um bom relacionamento com os partidos políticos e demais segmentos. Portanto, tive a preocupação de participar de uma reunião da Câmara, cujo objetivo era discutir os projetos em tramitação nesta Casa, além de alguns assuntos, como o concurso público. Algumas lideranças sindicais, não por má-fé, mas por desinformação, iniciaram o debate, dizendo que o Governo, numa atitude contrária aos interesses dos servidores, havia anulado o concurso público e enviado à Assembléia um pacote de medidas para tirar os direitos adquiridos dos servidores. Após ouvir isso - e não fiquei surpreso, porque a desinformação está desorientando o servidor -, procurei alertar as pessoas, explicando que o Governador não havia cancelado o concurso. Trata-se de uma decisão da justiça em 1ª Instância. A Procuradoria-Geral, conforme pedido do Governador, empenhou todos os esforços num trabalho sério, a fim de que o Estado ganhe em 2ª Instância.

Se perdeu em 1ª Instância, não foi devido a falta de articulação do atual Governo. O processo entrou em 2001. Nosso interlocutor naquele debate acreditava que tinha entrado no final do Governo Itamar. Portanto, a desinformação campeava.

Disse que não havia projeto retirando direito adquirido. Ao contrário, as proposições afirmam que esses direitos serão respeitados. Por fim, caímos em lugar comum, fazendo discussão do que é necessário, de como valorizar o servidor público, aumentar seus salários dignamente e colocar em discussão o plano de carreira dos trabalhadores da educação. Isso é o que interessa ao Governador, e é nesse sentido que está trabalhando. É preciso equilibrar as finanças públicas, ter austeridade e responsabilidade para dar resposta positiva a médio prazo. As lideranças não devem insuflar os trabalhadores a entrar em greve e a tomar medidas agressivas contra o Governo, que apenas inicia seu mandato. E para que as propostas dêem certo, será necessário o apoio dos trabalhadores, desta Casa e da sociedade. Quem lucrar com isso não será só o Governador, que se beneficiará com bom mandato, mas o povo de Minas. Precisamos ter esse bom-senso.

Como V. Exa. disse, discursos fáceis não cabem mais. Chega de dizer ao trabalhador que brigaremos para que tenha aumento exorbitante amanhã, se o Estado tem déficit e não consegue arrecadar o equivalente ao que gasta. O Governador está cortando onde é possível fazê-lo. Não queremos que haja corte no IPSEMG, por exemplo, que cuida da saúde dos servidores. Queremos que corte no salário dos marajás. E Aécio Neves encaminhou essa proposta à Assembléia. Será que quem deseja a retirada dessas proposições pensa na redução dos salários altos e no estabelecimento do teto de R\$10.500,00 para o servidor público? Alguns podem dizer que ganham pouco mais de um salário mínimo. Mas tem gente ganhando R\$30.000,00 e R\$40.000,00. Essa situação só pode ser alterada por força de lei, e não com discursos e bravatas. E o Governador tem a coragem de mandar o projeto para esta Casa. Pela manhã, visitou este parlamento e demonstrou empenho na busca da união de esforços em prol de Minas. Com certeza, o maior beneficiário de um Estado mais organizado e sem déficits será o servidor público, que merece isso há muito tempo. Esperamos que, em breve, possa ser recompensado. Muito obrigado.

O Deputado Zé Maia* - Agradeço as palavras do Deputado Domingos Sávio, que ressaltou o trabalho dos funcionários da educação. Vim de família de educadores que trabalham para o Estado e sei da importância desse profissional na formação do povo mineiro. Como V. Exa. bem disse, não é o discurso fácil, feito para agradar o servidor, que resolverá a questão. Precisamos de ações que possibilitem ao Estado oferecer aumento e incentivo. Aécio Neves tem feito sua parte, trabalhando com as lideranças e autoridades de todo o Brasil para que a CIDE tenha sua aplicação correta na recuperação da malha viária. Também está articulando para que a CPMF, hoje exclusivamente da União, venha para os Estados e municípios, medida que aumentaria o orçamento de Minas e possibilitaria os investimentos, inclusive na área de pessoal.

O Governador Aécio não está preocupado apenas com os quatro anos de seu mandato. Essa é a diferença entre governante e estadista. Aquele que se preocupa apenas com o período de seu governo, com os quatro anos para os quais foi eleito, pode ser chamado de governante. Mas, aquele que ocupa o cargo público, faz um planejamento e prepara o terreno para que as futuras gerações tenham dias melhores, como tem feito o Governador Aécio Neves, é um estadista.

O Governador está preparando Minas Gerais para o futuro. Está mantendo todos os direitos adquiridos dos funcionários e fazendo uma reforma para os novos que entrarem na carreira pública. Esse é um planejamento de longo prazo, que vai além dos seus quatro anos de Governo, programando estrategicamente o desenvolvimento de Minas Gerais. O Governador está fazendo um trabalho de grandes estadistas, do nível daquele realizado por JK e outros, no passado.

Se o Governo está fazendo sua parte, nós, Deputados, temos que fazer a nossa, buscando investimentos para que o ICMS de Minas seja cada dia maior. Também o funcionário público pode ajudar, ao exigir uma nota fiscal. Assim, estará dando a si mesmo um aumento, pois esta Casa aprovará um projeto de vinculação do aumento de arrecadação de ICMS ao do salário. Assim, o funcionário poderá ser um fiscal, e não um mero servidor.

Na semana passada, tive uma audiência com o Secretário Adjunto da Fazenda e, ao entrar na sala, pude ver que apenas metade das lâmpadas estavam acesas. O servidor público de Minas Gerais pode ajudar o Governo, diminuindo as despesas, pois, quando se gasta menos e se arrecada mais, sobra dinheiro para os investimentos e para o Estado pagar ao servidor o que merece e para viver com dignidade.

Gostaria de cumprimentar o Presidente Mauri Torres e, na pessoa do Presidente da reunião, Deputado Rêmoló Aloise, toda a Mesa, pelas ações

moralizadoras que resgatam a credibilidade do parlamento. Elas se iniciaram em gestões anteriores. O Deputado Antônio Júlio criou a Comissão de Participação Popular, que permite uma maior participação do povo; a Ouvidoria, que possibilita ao povo trazer suas reclamações e discussões à Assembléia; a Comissão de Ética e o pregão eletrônico, que dá transparência e traz economia a esta Casa. Essas são ações que resgatam a credibilidade e a moralidade da Assembléia de Minas, que sai à frente de todas as Assembléias do Brasil. E o parlamento mineiro custa ao contribuinte tão-somente 2,6% do orçamento.

A imprensa hoje é o quarto Poder, e, como tal, tem que ter responsabilidade. Temos que respeitá-la, pois é muito competente, mas gostaria de pedir-lhe que levasse ao povo as informações de forma correta. Por exemplo, divulgaram o salário dos Deputados com um valor muito maior e agora noticiam o valor correto, porém é importante destacar que 1/3 desse salário é gasto em impostos, encargos e descontos.

Temos discutido muito, na Casa, a herança deixada pelo Governo do PSDB no plano federal. O partido pegou uma safra de 58.000.000t e entregou uma de 116.000.000t ao Brasil. Se não fosse isso, o Brasil estaria em grandes dificuldades financeiras. Nos 96 meses de Governo do PSDB, não tivemos taxa de desemprego como a do mês de maio, em apenas cinco meses de governo; o superávit primário de 4,25% não se compara ao anterior, em torno de 3%. A "Folha de S. Paulo", ontem, em manchete, noticiou a queda de 4% na produção industrial. O Governo Federal, representante do trabalhador, queria diminuir os recursos do FAT para aplicação nos Estados, representando grande incoerência. Queria reduzi-los para capacitação do trabalhador. Não aumentou o FAT, apenas o manteve, graças à intervenção de Secretários Estaduais, como João Leite e Rômulo.

Da arrecadação, 63% ficam com a União, 23%, com os Estados, apenas 13%, com os municípios, mas essa distorção será corrigida. Deixo recado aos funcionários públicos: temos de fazer parceria com o parlamento, o Governador Aécio Neves e funcionários públicos. Juntos encontraremos a solução para os funcionários e para os 17.400.000 mineiros que estão fora do orçamento. Com discurso, desacato e greve não resolveremos o problema. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes, trago assunto envolvendo o Bloco PT-PCdoB e líderes da Situação, relativo ao pacote de medidas enviado pelo Governador a esta Casa. Antes, porém, parabeno a Mesa pela atividade solene realizada pela manhã. A Assembléia Legislativa instituiu a Comissão de Ética, a Ouvidoria, a Comissão de Participação Popular e o pregão eletrônico.

Portanto, esse é um grande avanço da Assembléia em direção à moralização e à ética. O Presidente Mauri Torres respondeu concretamente às críticas justas, vindas do parlamento. Porém, às vezes, elas são muito exageradas. A abertura da Casa, feita por ele, já havia ocorrido por meio do SIAFI e, agora, com a criação da Ouvidoria e das Comissões de Ética e de Participação Popular. Qualquer cidadão possui acesso mais fácil à Assembléia, sinalizando a transparência do Legislativo. Isso é fundamental para se ganhar a confiança da população e para os Deputados, de fato, desempenharem o papel de agentes fiscalizadores. Aliás, isso só será feito se tivermos o respeito da opinião pública.

Parabeno a Mesa e os Deputados, que aprovaram, ou seja, concederam ao público esse sistema mais moderno e eficiente de fiscalização do Poder Legislativo. Aliás, é preciso que isso aconteça também em outros Poderes. Acredito que ela traga à Assembléia capacidade de cobrar maior transparência do Tribunal de Contas e do Poder Judiciário. É claro que, no passado, não pudemos fazer mudanças importantes no interior desta Casa com tanta força como agora.

Portanto, faço essa ressalva por julgar importante, pela minha experiência, no meu segundo mandato nesta Casa.

Sr. Presidente, falarei agora sobre as nossas discussões com o Governo. Nos pronunciamentos dos Deputados Zé Maia e Domingos Sávio, que me precederam, senti a preocupação com a reação dos servidores em relação ao pacote do Governador Aécio Neves, enviado a esta Casa. Compreendo essa preocupação, pois percebo que os servidores públicos realmente estão revoltados. Há muito tempo, ao mostrar isso à Assembléia, chamaram-me atenção dizendo que eu agitava os servidores; porém, como disse, naquela época, se existe algo que causa agitação é o pacote de medidas, lançado sem discussão alguma com os sindicatos; aliás, eles não tiveram conhecimento de ponto algum dos projetos apresentados. Portanto, isso criou nos servidores públicos desconfiança incontrolável.

Há muito tempo não vejo o funcionalismo com tanta apreensão. Desde a época do Governo Newton Cardoso, não vejo os professores tão revoltados e apreensivos como agora. Os Deputados têm de compreender isso. Precisamos da base do Governo para resolver o problema, não apenas defender indiscriminadamente situações erradas. Se isso não ocorrer, realmente a pressão em cima dos Deputados da base do Governo será muito maior. Não ponham a culpa disso nos Deputados da Oposição. É um problema real, do jeito que se encontra o pacote. A Oposição, reiteradamente, fala sobre isso na tribuna desta Casa.

A negociação do Governo tem avançado. Isso foi importante. Hoje, o Governo sinaliza que pretende avançar, exatamente, em dois pontos, os mais criticados por nós quanto ao pacote; porém, havia Deputados da base do Governo mais governistas que o Governo, mais realistas que o rei. O Governo mandou um projeto que, sabemos, não podia ser aprovado. Havia Deputados que o defendiam o tempo inteiro como se fosse ele aprovado. Ora, os funcionários sabem o que cada um pensa e farão pressão de acordo com as convicções demonstradas por cada Deputado.

Hoje, o Governo já considera possível avançar. Para nós, ao fazer isso, determina a revisão de dois pontos do pacote; aliás, falamos sobre eles, que existem no projeto de lei. O Governo agora fala em corrigi-los. Tanto isso é verdade, que o Deputado Antônio Carlos Andrada, Líder do Bloco do PSDB, apresentou emenda modificando esse ponto, e o Deputado Dinis Pinheiro, do PL, em outro projeto.

São exatamente dois pontos contra os quais nos batemos todo o tempo e dissemos que teriam que sofrer alteração. O primeiro é a insuficiência de desempenho para efeito de demissão. A avaliação de desempenho será feita de seis em seis meses, por uma comissão presidida pelo chefe imediatamente superior, e, caso o servidor tenha dois conceitos insuficientes, poderá ser demitido, podendo recorrer a um organismo criado pelo Governo; não se respeita, portanto, o processo administrativo. O processo administrativo consta no Estatuto do Servidor, que data de 1952, que precisa ser reformulado, mas é o que garante a existência do processo administrativo. Esse processo regulamentava, portanto, a demissão por insuficiência de desempenho, o que possibilitará, em nosso entender, uma demissão em massa.

O Deputado Antônio Carlos Andrada apresentou uma série de emendas em que reconhece que, ao ser considerada grave uma falta do servidor, portanto como exceção numa determinada insuficiência de desempenho, o servidor sofreria processo administrativo, oriundo do Estatuto do Servidor para, depois de ampla defesa, poder ser demitido. Mas somente por meio de processo administrativo. Se é nesse sentido, a conversa muda de rumo. É importante que haja, por parte do Governo, uma mudança de opinião em relação a isso.

O outro, diz respeito à CLT. Dissemos o tempo inteiro que quebrar o Regime Jurídico Único não é correto. Fazer concurso para contratar professores como celetistas não é correto, porque também quebra a estabilidade, além do Regime Jurídico Único. Também nesse ponto o Governo concorda em que agora sejam contratados, mas apenas aqueles servidores temporários, e vem uma série de emendas com o aval do Governo, segundo fomos informados hoje.

Isso significa um avanço em dois pontos importantes que abordamos. Queria fazer essa ressalva para dizer que a possibilidade de conversar melhora muito, e nesse sentido não nos dispomos a deixar de conversar.

Outros pontos precisam ser desenvolvidos. Num terceiro que citamos ainda não houve avanço real, em nosso entendimento, embora o Governo diga que haja boa-vontade; diz respeito aos planos de carreira. A retirada dos direitos dos futuros servidores, como está no projeto, seria substituída também por planos de carreira que não foram enviados. Precisamos avançar nesse terceiro ponto.

Se não me engano, foram esses os três pontos sobre os quais mais nos debruçamos nesta tribuna para fazer o Governo perceber a necessidade de um avanço e de se iniciar um diálogo.

Queria dizer isso para prestar contas aos Deputados, aos telespectadores da TV Assembléia, aos funcionários públicos e à população em geral, para dizer que estamos avançando em pontos concretos, em termos de conteúdo, como tínhamos combinado com o próprio Governador do Estado. O conteúdo, da forma como se encontrava, mereceu uma oposição bastante dura da nossa parte, porque quebra dois pilares fundamentais do serviço público, que são a estabilidade e o Regime Jurídico Único, não garantindo ao servidor nenhum plano de carreira que possa vir a substituir os direitos que o Governo quer tirar dos futuros servidores. Esses três pontos precisam ser acertados no projeto para que possamos caminhar nas negociações.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Ilustre Líder, queria cumprimentar V. Exa., o Líder do Governo e todas as posições desta Casa, que têm avançado nas discussões desse projeto.

Com relação à discussão sobre o fato de o projeto não ter sido discutido antes de ser mandado para esta Casa, acho que, na verdade, o fórum de debates é aqui. O parlamento está aberto a isso, e o Governo não encerrou as discussões.

Estamos em franco debate, o que é importante. O projeto foi encaminhado justamente para isso. Ouviremos os sindicatos, ninguém fugirá ao debate.

Cumprimento a Bancada do PT, a querida Jô Moraes, do PCdoB, e o bloco de sustentação do Governo, pela evolução das negociações nesta Casa no sentido da criação de um modelo que atenda a Minas, aos mineiros e aos funcionários públicos. Estamos caminhando para isso.

O Deputado Rogério Correia* - Obrigado, Deputado Zé Maia. Para avançarmos, acredito que ainda falta a concretização do recuo do Governo na questão da estabilidade. Devemos fazer um substitutivo ao Projeto, ou mesmo solicitar ao Governador que o retire de tramitação. Falta também avançarmos no Projeto que trata da CLT, quebrando o Regime Jurídico Único. Temos de consolidar isso.

Temos de avançar ainda - como já disse - na discussão do plano de carreira. Não se pode anunciar numa emenda à Constituição que futuros servidores não terão direito a férias-prêmio, quinquênio, biênio e apostilamento, sem substituir esses direitos por outros. Julgo que devemos avançar nesse ponto. Isso não é fácil, mas é possível. Várias Prefeituras do PT discutiram com sindicatos e servidores e avançaram nessa questão. É importante envolvermos os sindicatos. Não existem apenas dois fóruns: Executivo e Legislativo. Há os servidores. Os sindicatos constituem-se em entidades representativas da sociedade civil, que, no meu entender, o Governo escuta pouco. Passou a escutar mais agora, por causa das amplas mobilizações dos servidores.

Não concordo com Deputados que reclamam por receber pressões por causa do apoio ao pacote. O servidor pressionará quem? O projeto se encontra aqui. O Governo não quis discutir anteriormente com os sindicatos. A pressão é justa. É claro que é respeitosa, cobrando dos Deputados que modifiquem aquilo com que os servidores não concordam.

É necessário aprofundar a discussão da Previdência. Um dos projetos, enviados pelo Governador, refere-se à Previdência. O Projeto repete, em alguns pontos, a proposta que o Presidente Lula enviou ao Congresso.

Reunimos o Colégio de Líderes, a Oposição e a Situação e chegamos à óbvia conclusão de que não podemos votar a mudança da Previdência se não votarmos a Previdência Nacional.

Creio que o Governador Aécio Neves, que possui muita experiência política, envia projeto referente à Previdência para talvez dizer que seu projeto é o mesmo do Presidente da República. Portanto, o PT e os aliados têm de aprovar todos os projetos do pacote, como se fossem uma coisa só. Ou seja, o PT e o PCdoB votaram a Reforma da Previdência nacionalmente, por isso o funcionário público não encontrará resistência ao pacote aqui. Isso pode ser uma estratégia, uma tática que não condiz com a realidade. Esse texto da Previdência, enviado pelo Governador, só poderá ser votado após aprovação pelo Congresso Nacional.

Em acordo feito na primeira reunião dos Líderes, retiramos da remessa dos planos de carreira - que viria após a votação da reforma administrativa -, dessa vinculação de votação, a reforma da Previdência.

Não podemos depender da votação de Brasília para a remessa do plano de carreira. Quero limpar essa discussão da reforma da Previdência para que entremos em processo de discussão e de definição, na Assembléia Legislativa, posteriormente à aprovação da reforma da Previdência no Congresso Nacional, a qual, pelo menos antes de setembro, outubro ou mais além, não será votada.

Certamente haverá modificações no projeto da previdência enviado pelo Presidente Lula ao Congresso Nacional. Antes de enviá-la, o Presidente a apresentou e o Ministro e diversos setores escutaram - é claro que não acatou tudo o que se desejava, mas fez um balanço e disse o que queria -, e enviou uma proposta que continua debate no Congresso Nacional.

A proposta tem pontos que devem ser modificados. E tenho certeza de que o serão no debate, para que a reforma, que é preciso ser feita junto com a tributária, aconteça em um grau de justiça o mais amplo possível, preservando o direito daquele mais sofrido, que não pode pagar pelo rombo da Previdência, do qual não é culpado. Depois de feita essa discussão no Congresso Nacional, vamos apreciá-la aqui, para fazer as adequações necessárias, mas no interior desse processo constitucional. Peço que este fique para um momento posterior à aprovação no Congresso Nacional.

Darei um resumo do que foi, até agora, o processo de negociação. Reitero para a sociedade que continuaremos atentos a esses pontos que temos levantado, sempre com o desejo de buscar um consenso na Casa. Mas estaremos munidos daqueles princípios que desde o início destacamos, em especial dos três que citei e que reafirmo como um compromisso nosso com o serviço público. Não apenas com os servidores, mas com o serviço público, com sua estabilidade, para que não se interrompa ao bel-prazer dos Governos e das políticas implementadas de tempos em tempos.

O serviço público deve ter uma seqüência, e, por isso, a estabilidade é necessária, não apenas para o servidor, mas especialmente para o serviço. Há ainda o problema do Regime Jurídico Único, que garante estabilidade, e o problema das carreiras, que possibilitam melhor desempenho do servidor público e, portanto, maior atendimento da nossa população, que do serviço público necessita. Esses são os três parâmetros que nos guiam nas discussões e nos compromissos que, se possível, serão firmados.

Não temos obrigação de votar de forma exatamente igual. Quanto às diferenças que persistirem, nos reservamos o trabalho de oposição.

O Deputado Mauro Lobo (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, gostaria de fazer menção ao que V. Exa. manifestou na parte da manhã, inclusive com relação à implantação pela Casa do pregão eletrônico, proposta que apresentamos na legislatura passada. Na época, tivemos o apoio da maioria dos presentes neste Plenário. Tornou-se lei, que permite a toda a área pública a instituição do pregão eletrônico ou de presença física.

Enfim, acho que é um grande avanço e esperamos que os demais Poderes nos acompanhem. O Poder Executivo já fez uma experiência. Trata-se de um processo mais econômico e aberto, como deve ser o processo licitatório.

Com relação aos assuntos das mensagens do Governo, há um paralelo muito forte entre os Governos Aécio e Lula, porque tanto um quanto o outro estão vivenciando uma fase de transição do País ou do Estado, que buscam uma correção para que se possa atender às expectativas da sociedade brasileira.

Acho, por exemplo, que a avaliação - uma das questões levantadas por V. Exa. - deve existir, com índole positiva. Ou seja, não a avaliação para castigar, mas, muitas vezes, para premiar. Não é apenas castigo que está implícito na proposta. Está bem explícita a premiação por meio da avaliação.

É importante haver a valorização do funcionário público. Se quisermos ter um Estado eficiente, dinâmico, moderno e que atenda às reivindicações da nossa sociedade, isso só será possível se tivermos bons e respeitados funcionários, que respeitem também a sociedade.

Conforme conversas com funcionários, a principal questão - e talvez seja essa a grande angústia de quem governa o País ou o Estado - é a salarial. Por exemplo, quantos aumentos de tarifas públicas tivemos, desde o início deste ano? Quando se fala no aumento de 31% da energia elétrica, é claro que causará impacto no orçamento de quem está com o salário contido, sufocado, aumentando ainda mais a sua tensão.

A proposta da reforma não acena, agora, com aumento. Mas acena, dentro da realidade e de forma madura, com a possibilidade de gradativamente recuperar o poder aquisitivo do funcionário público. Isso é fundamental. Não adianta chegar com propostas mirabolantes - aliás, ninguém as está apresentando -, porque somos conhecedores da situação do Estado. O funcionário não quer mais essa cantilena. O Governo está buscando criar condição para que, no futuro próximo, haja essa condição.

A discussão do projeto é muito enriquecedora. Sabemos que, hoje, nesta Casa e no Congresso Nacional, há visão do parlamentar mais voltado para criar base segura e forte, para que possamos avançar. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia* - Muito obrigado, Deputado Mauro Lobo. Gostaria também de parabenizá-lo. V. Exa. foi autor da idéia do pregão eletrônico e presidiu, na legislatura passada, a Comissão de Fiscalização Financeira, da qual tive a honra de participar. É sempre ponderado em suas palavras e em seus atos.

Concordo com V. Exa. e considero que a avaliação de desempenho deve corrigir e melhorar o empenho, e não punir. Esse é um dos problemas do pacote, pois apresenta dois projetos de lei: um, para adicionar ao desempenho; outro, para avaliar a insuficiência de desempenho para efeito de demissão. Então, a avaliação vem no sentido negativo e é rigorosa, possibilitando perseguição política e, no nosso entender, demissão em massa. Isso não pode permanecer. Se é para melhorar o desempenho, o que se deve ter é uma forma de avaliar e a perspectiva de que o mau funcionário possa sair do serviço público. Para isso existe o processo administrativo.

Fala-se que o processo administrativo não funciona. Não é verdade. Darei um exemplo. Discutimos o assunto com a direção estadual do PT, e a Deputada Maria do Carmo disse-nos que, quando Prefeita em Betim, usou o processo administrativo no que era possível - falta grave ou furto. E que, dos aproximadamente 100 servidores demitidos por falta grave, apenas um retornou, por intervenção da justiça. Portanto, existe forma correta para se avaliar o mau funcionário e demiti-lo por essa razão. Se o desempenho for insatisfatório e o funcionário não conseguir progredir na carreira, devemos ter como fazer para que possa ser fator positivo no serviço público.

A avaliação deve ter o intuito de correção do serviço e não de punição do servidor. Não vejo razão para que haja duas avaliações de desempenho. Por que não melhoramos o processo administrativo, para que os maus funcionários não permaneçam no serviço público e para que a grande maioria possa dispor de uma avaliação de desempenho real? Essa é a nossa intenção.

Deputado Mauro Lobo, durante todo o debate, fizemos questão de dizer que discordávamos do projeto de lei que tratava da avaliação de suficiência e desempenho para efeito de demissão, mas que somos favoráveis à avaliação de desempenho para efeito de progressão do servidor na carreira, com critérios que devem ser discutidos democraticamente com os servidores. Nesse sentido, é possível avançar, mesmo com as posições políticas e ideológicas distintas contidas no projeto.

Não podemos concordar - espero que, de fato, o Governo, até semana que vem, concretize a mudança - com a lógica da quebra da estabilidade para pressionar o servidor, a fim de que possa perder os seus direitos sem reação, deixando de se constituir sujeito da construção de um serviço público de boa qualidade. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 4/6/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Gil Pereira

exonerando Joel da Cruz Soares do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34, 8 horas;

exonerando Pedro Tadeu Amado Mendonça do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Álvaro Miranda Filho para o cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Joel da Cruz Soares para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas;

nomeando Pedro Tadeu Amado Mendonça para o cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo:

exonerando Álvaro Miranda Filho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Marcela Braga Martins Godoy para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria.

ERRATA

ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 12/6/2003

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 14/6/2003, na pág. 22, col. 2, sob o título "OFÍCIOS", no despacho aos escritórios do Sr. Rodrigo de Castro, Chefe de Gabinete do Secretário de Planejamento, onde se lê:

"(- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.360/2003.)", leia-se:

"(- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 360/2003.)"; onde se lê:

"(- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.431/2003.)", leia-se:

"(- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 431/2003.)" e onde se lê:

"(- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.430/2003.)", leia-se:

"(- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 430/2003.)".